

09 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

# Uma mulher é agredida a cada seis minutos

Dados de central de atendimento mostram que agressor  
é o companheiro da vítima em 70% dos casos

## VIOLÊNCIA

### Uma mulher é agredida a cada seis minutos no Brasil

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

**Curitiba**— Somente em 2012, a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), registrou 732.468 atendimentos. Deste total, 88.685 foram relatos de violência física, psicológica, moral, sexual ou patrimonial, o que representa que a cada seis minutos uma vítima de agressão entrou em contato com o 180.

Os dados da SPM-PR também apontam que em 70% dos casos o agressor é o companheiro ou cônjuge a vítima. Acrescentando os demais vínculos afetivos (ex-marido, namorado e ex-namorado), esse dado sobe para 89%. Os 11% restantes são agressões cometidas por familiares, parentes, vizinhos, amigos ou desconhecidos da vítima. Desde 2006 foram registrados 3.058.392 atendimentos à população, um crescimento de 1.577% no período de seis anos.

De acordo com a coordenadora geral da Central de Atendimento da SPM-PR,

Clarissa Carvalho, os números são significativos, mas poderiam ser maiores se as vítimas tivessem mais acesso à informação e a campanhas educativas.

Um exemplo, segundo ela, é a quantidade de denúncias de tráfico de mulheres recebidas pelo 180 entre os dias 3 e 7 deste mês. Segundo Carvalho, chegaram até a Central 57 registros deste crime, sendo que no ano passado inteiro as ocorrências somaram 58. "Depois da divulgação da prisão de uma quadrilha na Espanha que foi veiculada em uma emissora de TV, muitas pessoas decidiram entrar em contato porque não sabiam de que maneira isto poderia ser feito. Então ainda tem muitas mulheres desinformadas, o que atrapalha o combate a qualquer tipo de violência, seja no cárcere privado, na agressão física ou psicológica", ressaltou.

**CONTINUA**

# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

09 MAR 2013

Clarissa também destaca que as atendentes da Central identificam o problema de cada vítima a partir de um questionário. Ao final da ligação, cada mulher decide se quer levar a denúncia adiante. "Fazemos o atendimento e mostramos os órgãos que podem ser procurados em sua cidade, seja uma delegacia, centro de referência etc. A questão é que boa parte desiste de seguir em frente. Isso é extremamente preocupante", completou.

O Distrito Federal lidera o ranking anual do Ligue 180, com taxa de 1.473,62 registros para cada 100 mil habitantes, seguido do Pará (1.023,25) e Bahia (931,57). O Paraná aparece na 16.<sup>a</sup> posição, com taxa de 497,90.

### **Codem**

Na tentativa de reverter esta situação, o Paraná vai contar em breve com um banco de dados de violência de gênero, para contribuir no trabalho da polícia e também no planejamento de outros órgãos de defesa da mulher. A medida foi anunciada ontem, durante o primeiro encontro oficial da Coordenadoria das Delegacias da Mulher (Codem), em Curitiba. A reunião também estabeleceu metas e prioridades para as 16 delegacias especializadas no atendimento à mulher vítima de crime neste ano.

"Por ainda ser um crime invisível, ou seja, muitos casos sem denúncia, existe a dificuldade de se precisar a realidade de mulheres que são vítimas de agressão. Temos conhecimento dos registros, mas não de todas as ocorrências", disse Maritza Heisi, responsável pela Codem.

## **INFORME**

### **Mulheres**

2.072 municípios brasileiros possuem órgão gestor de Política para Mulheres. 872 cidades já têm Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher. Esses dados foram divulgados ontem pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), a partir da Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2011 (Munic), em alusão ao Dia Internacional da Mulher, comemorado hoje. Em todo o Brasil, exercem mandatos públicos 7.648 vereadoras e 663 prefeitas.

09 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

# Ex-goleiro Bruno é condenado a 22 anos e 3 meses de prisão

**São Paulo** - O goleiro Bruno Fernandes foi condenado a 22 anos e 3 meses de prisão pela morte e ocultação de cadáver da ex-amante Eliza Samudio e pelo sequestro e cárcere privado do filho que teve com ela. A ex-mulher de Bruno, também acusada, Dayanne Rodrigues do Carmo, foi absolvida, por 4 votos a 3, assim como havia sido solicitado pela Promotoria.

Com a admissão de Bruno de que Eliza foi assassinada, e de que ele teria sido informado do que ocorreu, a defesa se distanciou, na quinta-feira, da linha inicial de argumentação na qual destacava não haver corpo e realçava dúvidas sobre o próprio assassinato. Os defensores de Bruno chegaram a falar em uma pena "em torno de dez anos", por uma "participação menor" no crime e pediram reiteradamente aos jurados que fizessem "justiça".

O advogado do réu, Lúcio Adolfo, destacou que "a imprensa" já havia sentenciado os réus e "esperava a condenação" também por parte do conselho de sentença. Na sequência, distribuiu vendas às cinco mulheres e dois homens do júri, lembrando que a justiça "é cega".

## Reinterrogatório

O quarto e último dia do julgamento do ex-goleiro do Flamengo começou com um pedido de reinterrogatório dos dois réus. Dayanne confirmou que recebeu telefonemas do então policial civil José Lauriano de Assis Filho, o Zezé, orientando sobre para quem deveria

entregar o filho de Eliza e Bruno, quando tiveram início as investigações. Segundo Dayanne, Zezé agia por ordem de Luiz Henrique Ferreira Romão, o Macarrão, tido como braço direito de Bruno e condenado, em novembro de 2012, pelo assassinato de Eliza.

Dayanne contou que tinha e tem medo do ex-policial. "Pelo que Bruno falou, minhas filhas correm risco. Tinha medo e estou com medo agora, tanto dele (Zezé) quanto do Macarrão e da situação", declarou. Considerando que ela agiu sob pressão, o promotor pediu a absolvição.

Bruno, por sua vez, afirmou que "sabia e imaginava" que Eliza seria morta quando deixou seu sítio em Esmeraldas, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, na companhia de Macarrão e de Jorge Rosa. Em depoimento, na quarta-feira, o goleiro já havia assumido que a ex-amante foi assassinada e admitiu que "aceitou" e "se beneficiou" do crime, mas ressaltou que só soube do homicídio após ele ter ocorrido.

Na quinta-feira, em nova declaração, alegou que sabia que Eliza ia morrer "pelas constantes agressões" de Macarrão contra a moça e "pelo fato de ter entregue dinheiro para ela", que cobrava ajuda para cuidar do bebê.

09 MAR 2013

## FOLHA DE LONDRINA

# Em Cambé, partidos ficam na mira da Justiça Eleitoral

**Edson Ferreira**  
*Reportagem Local*

A maioria dos diretórios partidários de Cambé (Norte) descumpre a legislação eleitoral que exige das siglas a abertura e manutenção de conta bancária. Conforme o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná, que publicou nesta semana as sentenças com as reprovações das contas referentes ao exercício 2011, a irregularidade é a mesma em todos os casos. A Justiça Eleitoral exige que os partidos mantenham uma conta exclusiva para o recebimento de recursos do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos, o Fundo Partidário, e outra para as movimentações financeiras.

Nas decisões, a juíza eleitoral de Cambé, Patrícia de Mello Bronzetti, escreve que "o objetivo do controle exercido pela Justiça Eleitoral sobre os recursos percebidos e a destinação de gastos realizados pelos entes partidários é coibir excessos e evitar ilicitudes". Segundo o chefe do cartório da 78ª Zona Eleitoral, Mateus Oliveira de Castro, "sem a conta fica complicado apurar se houve alguma irregularidade, como receber dinheiro de órgão público ou do estrangeiro".

Dos 25 partidos registrados em Cambé, apenas 16 entre os que possuem diretórios vigentes apresentaram o balanço anual - as contas da campanha eleitoral do ano passado ainda estão em análise - e apenas um, o PSDB, partido do prefeito João Pavinato, foi aprovado. Castro afirmou que o descumprimento da lei é comum. "A maioria dos partidos alega movimentar valores pequenos e que não compensaria manter conta, com os custos que têm."

Além da falta de verba das legendas do município, a punição para as reprovações também é irrelevante. "O partido fica impedido de receber recursos do Fundo, porém, esses recursos nunca chegam até os municípios", informou Castro. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os partidos brasileiros dividiram um bolo de R\$ 286 milhões no ano passado. Presidentes de partidos ouvidos pela FOLHA confirmaram que nunca viram a cor do dinheiro.

De acordo com o presidente do PTB de Cambé, José Aparecido Rolim, o Kid, "a verba do Fundo nunca chega até aqui". Ele informou que os recursos beneficiam, no máximo, as Executivas estaduais. Sem perspectiva orçamentária, Kid justificou a falta de conta em banco. "O custo do

partido fora do período eleitoral é muito pequeno, como impressão de fichas de filiação, às vezes gasolina, que a gente acaba bancando ou pedindo um favor de amigo." Kid sugeriu isenção de taxas bancárias para os partidos manterem abertas as contas exclusivas.

O presidente do PT em Cambé, Edson Ferreira de Almeida, mesmo tendo as contas reprovadas, disse que o partido tem documentos e extratos bancários mostrando o controle financeiro. "Temos conta do partido, os documentos, os livros contábeis, mas não mantemos a conta para o Fundo Partidário, que é uma exigência, então vem a reprovação." Almeida disse que o PT movimentava cerca de R\$ 450 ao mês.

O único partido que mantém, por enquanto, a conta exclusiva do Fundo Partidário é o PSDB. Contudo, a presidente Josiane Ribeiro dos Santos Brito confirmou que deve fechar. "Mesmo sem receber dinheiro do Fundo, o Diretório mantém a conta para seguir a lei, mas, por orientação do nosso contador, vamos fechar." A presidente lamenta as dificuldades financeiras dos partidos para sobreviverem nos municípios. "Sempre temos despesas com a sede, assessoria jurídica, convenções e até ações sociais com a comunidade, afinal o partido não é só para o período eleitoral."

### **Siglas deixaram de abrir conta para Fundo Partidário**

09 MAR 2013

# FOLHA DE LONDRINA

## Apenas 12% das cidades têm Procon

### Moradores de municípios onde não há o Programa de Defesa do Consumidor podem procurar atendimento no órgão estadual, em Curitiba

**Lucio Flávio Cruz**  
*Reportagem Local*

**D**os 399 municípios do Paraná, apenas 51 possuem o Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon), o que representa 12% do total. Todos são órgãos ligados às prefeituras municipais. Para quem mora fora destas cidades a alternativa é recorrer ao Departamento Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, com sede em Curitiba.

"O ideal era que todas as cidades do Paraná tivessem o seu Procon, mas como isso não acontece, as pessoas que se sentem prejudicadas no seu direito de consumidor podem procurar o Procon Estadual. Ele está à disposição para atender todos os municípios paranaenses", explicou a diretora do Procon estadual, Claudia Silvano.

Os moradores desses municípios sofrem com a falta de um órgão para atender as reclamações. "Não tem para quem reclamar, nunca ouvi falar de órgão que nos ajudasse. Tem que ter porque a gente tem direitos, mas não tem esse canal de reclamação", aponta a empregada doméstica Lindete de Jesus Silva, moradora

de Primeiro de Maio (Região Metropolitana de Londrina). A cidade, de 11 mil habitantes, é uma das sem o órgão de defesa do consumidor.

"Primeiro de Maio é esquecida em tudo. Estamos em 2013. Já deveriam ter criado órgão para auxiliar o consumidor", ressalta a autônoma Ariana Fernandes Lopes.

A criação de uma agência do Procon cabe exclusivamente às administrações municipais. Muitas vezes, em cidades pequenas, os próprios administradores não se esforçam para abrir o órgão, com receio de criar um embate com os comerciantes locais. "A maioria das reclamações é contra grandes empresas de telefonia e contra o sistema financeiro", frisa a diretora.

O prefeito de Primeiro de Maio, Daniel Renzi, entende que realmente existe a necessidade de um órgão na cidade. "É válida (a criação do Procon), é uma ferramenta a mais para a população e para a nossa Associação Comercial. Preciso ver qual o trâmite junto ao governo para colocar em prática. Sou advogado por formação e sei de grande parte dos problemas que os consumidores enfrentam", declara Renzi.

#### **Recursos financeiros**

A Associação dos Municípios do Paraná (AMP) também

reconhece a importância do órgão, mas aponta a falta de recursos financeiros como o maior empecilho para a expansão do serviço no Estado.

"O número de municípios atendidos realmente é pequeno. O Procon é um importante instrumento de cidadania, mas em virtude dos recursos escassos e da pouca estrutura das cidades acaba ficando em segundo plano", coloca o presidente da AMP, Gabriel Jorge Samaha.

Do total de atendimentos realizados no Procon Estadual, 75% das queixas são de moradores de Curitiba. Os outros 25% vêm dos demais municípios, sobretudo da região metropolitana da capital. "O Procon municipal de Curitiba deve ser criado este ano e com isso teremos mais condições de atender as demandas das cidades onde não existe o órgão", ressalta Claudia.

Além do número pequeno de agências do Procon, o órgão sofre com falta de estrutura, dinheiro e funcionários na maioria dos municípios. "A estrutura não é a ideal e nem sempre o atendimento é satisfatório", reconhece a diretora do Procon Paraná. **(Colaborou Danilo Marconi)**

**CONTINUA**

# FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

## *Em Ibiporã, atendimento é no Juizado Especial*

**Ibiporã**—Começou a funcionar no dia 1º de fevereiro em Ibiporã, o Juizado Especial das varas Cível, Criminal e da Fazenda Pública. A Vara Cível acumula o atendimento das pessoas que têm problemas com o direito do consumidor.

Segundo o juiz Sérgio Aziz Neme, o objetivo do juizado é buscar uma solução já no atendimento para evitar que a reclamação se torne uma ação judicial. "A característica da comunidade e do comércio de Ibiporã permite uma resolução mais rápida e menos burocrática da questão. Os nossos funcionários são treinados para fazer o contato com o comerciante e já buscar uma solução imediata", explica.

O objetivo do magistrado é, a partir de maio, quando será inaugurado o prédio do Fórum de Ibiporã, estruturar fisicamente o juizado especial e propor à administração municipal e à associação comercial uma parceria para a criação de uma agência do Procon.

"A criação do Procon não é uma ação contra o comércio local. O que os comerciantes precisam entender é que é melhor resolver o problema no âmbito do Procon do que via judicial", ressaltou Neme.

No primeiro mês de funcionamento as principais reclamações no Juizado Especial de Ibiporã foram referentes às operadoras de telefonia, sistema financeiro e compras pela internet.

09 MAR 2013

10 MAR 2013

## FOLHA DE LONDRINA

# ANPR abre disputa para sucessor de Gurgel

**Brasília** - Na disputa que promete ser a mais acirrada dos últimos anos, a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) vai abrir amanhã as inscrições para os interessados em suceder Roberto Gurgel à frente da Procuradoria-Geral da República (PGR) pelos próximos dois anos. À frente do comando do Ministério Público Federal desde 2009, Roberto Gurgel - que ganhou notoriedade ao conseguir a condenação de 25 réus do processo do mensalão - já avisou a pessoas próximas que não deverá tentar uma recondução, o que tem levado a uma intensa disputa pelo seu cargo nos bastidores da instituição.

Pelo menos três nomes devem entrar na disputa para a indicação: a vice-procuradora-geral da República, Deborah Duprat; o subprocurador-geral Rodrigo Janot; e a vice-procuradora-geral eleitoral, Sandra Cureau. Os candidatos deverão se inscrever até a próxima sexta-feira. A votação está marcada para o dia 17 de abril.

Pela Constituição, cabe à presidente Dilma Rousseff fazer a indicação do procurador-geral da República. A associação dos procuradores tradicionalmente envia para o presidente da República uma lista com os três nomes mais votados numa eleição feita pela categoria. Por lei, entretanto, a presidente não é obrigada a seguir a lista sugerida pela ANPR, mas, desde a gestão Lula (2003-2010), os governos do PT têm indicado o mais votado da categoria.

## INFORME

### Vaga no STJ

Joel Ilan Paciornik, Néfi Cordeiro e Victor Luiz dos Santos Laus concorrem à terceira e última vaga de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), decorrente da ida do ministro Teori Zavascki para o Supremo Tribunal Federal (STF). Os três são desembargadores do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), que abrange o Sul do País, e concorrem contra outros 12 magistrados federais.

## CLÁUDIO HUMBERTO

*"As partes trazem suas razões com uma certa paixão"*

Ministro **Luiz Fux** (STF) e a disputa, às vezes emocional, pelos royalties de petróleo

10 MAR 2013

## FOLHA DE LONDRINA

**MP investiga mais de 300  
certificados de servidores**

# Mais de 300 certificados de servidores na mira do MP

**Dos 55 efetivos da Câmara  
de Londrina, pelo menos 32  
apresentaram cursos sem relação  
com as funções exercidas na Casa**

**P**elo menos 32 dos 55 funcionários da Câmara Municipal de Londrina apresentaram certificados sem qualquer relação com a atividade legislativa, conforme relação elaborada pela Promotoria de Defesa do Patrimônio Público. Um dos certificados é de participação em curso sobre perícias cadavéricas. Juntos, os 32 funcionários protocolaram mais de 300 documentos atestando participação em cursos e palestras. Os certificados servem para promoção e aumento salarial, conforme a Resolução 15/2004, que é o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) dos servidores da Câmara.

A norma prevê avanço "de um grau (na carreira) quando o servidor apresentar certificados de participação em palestras ou cursos de aperfeiçoamento não correlatos com as

### ***Promotor de Justiça recomenda revisão de todas as promoções***

atividades da Câmara, cujo somatório de carga horária seja igual ou superior a cem horas". Com a promoção, o servidor pode ganhar entre 2,5% e 10,38% a mais.

Para obter a progressão por conhecimento, os funcionários apresentaram principalmente certificados de cursos preparatórios para concursos públicos, cursos de oratória, línguas estrangeiras e de autoajuda e de participação em congressos e seminários jurídicos.

Alguns temas despertam a atenção de forma especial, como o "Protocolo de Kioto e os modelos de desenvolvimento limpo", "Atendimento ao cliente", "Autoestima e o Processo de Desenvolvimento Pessoal e Interpessoal", "Turismo em Áreas Naturais",

"Colóquio em Habermas" e "Laudos periciais em cadáver, vítimas de lesões corporais, além de demonstração de laudos toxicológicos e exames dentários".

Dos 32 servidores relacionados pelo Ministério Público, três chamam a atenção pelo excesso de certificados: uma funcionária do setor de suprimentos apresentou 33 documentos; outra, do setor de processo legislativo, 36; e um funcionário do setor de assistência de internet, áudio e imagem levou 21 certificados. Neste último caso, a maioria dos certificados corresponde à participação em cursos, congressos e simpósios jurídicos sendo que, em muitos, ele era contratado para fazer o cerimonial do evento. Uma das funcionárias não quis falar e os outros dois não foram localizados.

**CONTINUA**

10 MAR 2013

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

O promotor Renato de Lima Castro, que encaminhou recomendação administrativa à Câmara na última quinta-feira, pedindo o fim dos pagamentos, também aponta que cursos repetidos teriam embasado o aumento salarial. Na relação há casos como o de uma servidora (aquela que apresentou 33 certificados) que fez duas vezes o curso "Administrando o medo" e duas vezes o "Técnicas para falar em público". E os exemplos de situações de cursos repetidos, principalmente nas áreas de oratória e cerimonial, seguem ao longo da lista.

Quando o servidor deseja ser promovido por conhecimento, apresenta os certificados de cursos correlatos ou não à atividade parlamentar e é a Comissão de Gestão de Pessoas que decide se são válidos ou não. "Me parece que há uma responsabilidade conjunta dos servidores que apresentaram certificados de cursos absolutamente estranhos à atividade parlamentar e dos membros da comissão que validou e atribuiu valor a esses documentos", declarou o presidente da Câmara, Rony Alves (PTB).

Ele disse que na segunda-feira deverá definir sobre a recomendação do MP, que pede a abertura de comissão para investigar todos as promoções concedidas desde 2004 por meio de certificados, a suspensão do pagamento das promoções (já que se consideradas ilegais ou inconstitucionais dificilmente os servidores seriam obrigados a devolver os recursos, salvo em caso de fraude, conforme tem decidido o Supremo Tribunal Federal) e a fixação de critérios objetivos para promover servidores. A Mesa da Câmara já suspendeu as promoções, mas não os pagamentos. "A assessoria jurídica vai nos orientar em todas essas questões." O setor de recursos humanos da Câmara deve preparar uma relação com o nome de todos os servidores que foram promovidos e quanto esses recursos custaram aos cofres públicos.

1 1 MAR 2013

## FOLHA DE LONDRINA

CARLOS ALBERTO ERCOLIN

### Formas alternativas de mediar conflitos

Afirma o ditado: em ambiente onde todos concordam, alguém está sobrando. Por outro lado, da discussão nasce a luz (outro dito conhecido). Mas não é preciso exagerar, não é mesmo? Em algumas empresas, qualquer discussão é, de pronto, encaminhada ao advogado de plantão.

Quando instalado um conflito a quem devemos recorrer? Ao Judiciário, diz nossa tradição beligerante em assuntos comerciais e empresariais.

Os motivos são vários: desde a proposital procrastinação, o não querer resolver, o "vencer pelo cansaço", à demonstração de poder (quem pode mais contrata as bancas mais caras de advogados). Não cabe aqui a discussão acerca de nossa tradição em deixar ao Judiciário a resolução dos problemas que uma boa e simples negociação poderia resolver. Pelo contrário, vamos debater soluções alternativas - algumas já de conhecimento e uso cada vez maiores; outras, nem tanto.

O dito popular alerta que um processo no Judiciário "todos sabem como começa, mas nem todos sabem como termina" - e que fique claro que não se trata de um ataque ao Poder Judiciário, mas apenas a constatação da terceirização de um problema, às vezes demasiado técnico para um juiz, que nem sempre domina o tema.

Como começamos, então? A quem recorrer? Um grande número de empresas tem recorrido, cada vez mais, a soluções alternativas para solução de conflitos (em inglês: alternative dispute resolution, ou ADR), que vão desde a simples negociação, passando pela mediação e arbitragem, antes de recorrer ao Judiciário.

Algumas das vantagens mais visíveis são menor tempo médio para resolução e manutenção do foco no negócio principal (há "batalhas" onde o adversário a ser vencido a qualquer custo, às vezes, é o próprio sócio ou parente). O foco principal passa a ser a disputa, ficando os negócios para um plano inferior. Ao final, ainda que se tenha

levado a entrevê-lo, ficarão pelo caminho vários mortos e feridos: a reputação da empresa, clientes perdidos, executivos que se foram, processos parados etc. Isso sem dizer que alguns processos no Brasil duram anos e quanto maior o tempo decorrido, maior a despesa e o desgaste.

Partindo para as soluções alternativas, por outro lado, mantemos as rédeas do processo. Na mediação, por exemplo, apenas se pede a um terceiro que medie a conversação entre as partes (não é necessário que advogados se juntem ao grupo ou que se parta para a junção de provas).

Simplificando, diria que a mediação é uma conversa dirigida (por um mediador profissional, um amigo comum, uma pessoa que ambas as partes respeitem). Ao mediador não cabe "decidir" quem está certo ou até mesmo propor soluções que, na maioria das vezes, vêm das próprias partes. A ele cabe dirigir o espetáculo, ditando as regras, como tempo igual e respeito mútuo. Caso não se chegue a um resultado satisfatório, ainda resta a arbitragem, já em uso por vasto número de em-

presas, devido ao custo mais baixo na comparação com a demanda judicial, à maior rapidez e ao sigilo. No Judiciário, todos (até os principais competidores) ficam sabendo da decisão - e do próprio embate -, o que nem sempre é bom para os negócios.

A arbitragem, ao contrário da negociação e mediação, tem caráter formal, pois exige um (ou mais) árbitro e sua decisão tem a força da sentença proferida por um juiz. A decisão do árbitro não pode ser contestada e o perdedor não poderá recorrer ao Judiciário.

Fica o alerta: tentemos resolver os conflitos empresariais de maneira mais rápida, barata e racional, deixando para o Judiciário demandas mais abrangentes. Os investidores agradecem.

**CARLOS ALBERTO ERCOLIN** é coordenador do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) em Curitiba

**6** Alguns processos no Brasil duram anos e quanto maior o tempo decorrido, maior a despesa e o desgaste **9**

1 1 MAR 2013

## FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

### **Aécio e Joaquim andam conversando, e muito**

Dois campeões de audiência em pesquisas de intenção de votos para presidente da República, o senador Aécio Neves (PSDB-MG) e o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa, andam conversando, e muito. Eles se encontraram casualmente na noite de Brasília, mas depois as conversas ficaram frequentes. Os amigos comuns sonham com essa "chapa perfeita" na eleição de 2014.

### **Eles sabem**

Tanto Aécio Neves quanto Joaquim Barbosa gostam de frequentar o bar Balcony 412, o favorito de quem sabe das coisas em Brasília.

### **Não é do ramo**

Aclamado por onde anda, Joaquim Barbosa não tem jeito de político. Chega a se irritar com assédio de fãs que pedem fotos ao lado dele.

### **Doce de pessoa**

Anda tão mal humorado o presidente do STF, Joaquim Barbosa, que, ao receber a visita dos novos dirigentes da OAB nacional, proibiu fotografias. Há dias, ele mandou um repórter "chafurdar no lixo".

09 MAR 2013

# GAZETA DO POVO

## 21 ANOS

tem a mulher que, grávida de seis semanas, foi autorizada a abortar pela 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Goiás. A interrupção terapêutica da gestação foi autorizada para que a gestante, que tem câncer, possa se submeter ao tratamento de quimioterapia.

### LEI MARIA DA PENHA

#### **Agressores de mulheres serão monitorados por tornozeleiras eletrônicas**

Agressores enquadrados na Lei Maria da Penha começarão a ser monitorados por meio de tornozeleiras eletrônicas em Minas Gerais. Cada caso será analisado e o uso poderá ser indicado pelo Judiciário. A iniciativa vai permitir o controle de medidas cautelares que determinam a proibição de contato do agressor com a vítima ou a imposição de distância mínima. O equipamento pode ser configurado para definir o campo de exclusão, bem como determinar quais locais o homem pode ou não frequentar. A mulher também poderá receber um dispositivo para levar na bolsa. Ao haver uma aproximação, a tecnologia dá um sinal para a vítima, para o agressor e também para uma central, que fará as tratativas para inviabilizar qualquer tipo de agressão. A iniciativa é pioneira no país.

### JUSTIÇA ELEITORAL

#### **TRE decide manter no cargo o prefeito de Fazenda Rio Grande**

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), Rogério Coelho, determinou ontem que o prefeito de Fazenda Rio Grande, Chico dos Santos (PSDB); e a vice, Ana Lúcia Pacheco de Andrade (PSD); podem continuar no cargo até que a ação que pede o afastamento dos dois seja julgada pelo Tribunal Superior

Eleitoral (TSE). Anteontem, o próprio TRE havia determinado o afastamento do prefeito e da vice do município, que fica na região metropolitana de Curitiba.

Coelho entendeu que só depois de o caso transitar em julgado, ou seja, quando não houver mais possibilidade de recurso, é que a decisão de cassação ou não será definitiva. Chico dos Santos, que se reelegeu no ano passado, é acusado de ter utilizado a estrutura da prefeitura na campanha.

### BOATEKISS

#### **Prefeito de Santa Maria depõe e diz que município não falhou**

O prefeito de Santa Maria (RS), Cezar Schirmer (PMDB), disse acreditar, em depoimento à polícia ontem, que nenhum secretário ou funcionário municipal tenha falhado nas autorizações de funcionamento e na fiscalização da boate Kiss. Ele também admitiu desconhecer alguns detalhes da tramitação de alvarás, solicitação de abertura de estabelecimentos e fiscaliza-

ção porque são assuntos que não passam pelo gabinete. Reiterou, ainda, que a fiscalização e controle de documentos referentes à prevenção de incêndios são atribuições dos bombeiros. O esclarecimento de eventual negligência de agentes públicos é a última etapa da investigação das causas do incêndio da casa noturna, ocorrido em 27 de janeiro, que matou 241 pessoas. A polícia já está convicta de que uma sucessão de falhas provocou o incêndio e a tragédia. O inquérito será remetido à Justiça na próxima semana.

### NOTA POLÍTICA

#### **Cassado**

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) acatou recurso do Ministério Público Eleitoral e cassou o mandato do vereador Edílzio Dall'Agnol (PSB), de Foz do Iguaçu. O vereador, na época presidente da Câmara, é acusado

de usar um assessor para fazer campanha eleitoral durante expediente. Dall'Agnol argumenta que o servidor foi dispensado do trabalho e teve o salário descontado. Ele pretende recorrer da decisão.

09 MAR 2013

# GAZETA DO POVO

## ENTRELINHAS

### **Nome do pai**

Após a simplificação do processo de reconhecimento tardio de paternidade em 2012 – por meio da garantia do direito de a declaração voluntária ser feita em qualquer momento –, cartórios de Curitiba e do interior viram disparar o número de pedidos. Em 2012, no 1.º Ofício de Registro Civil de Curitiba foram averbados 69 pedidos de reconhecimento de paternidade, o que representa um aumento de 80% em relação a 2011, quando foram 38 pedidos. No 2º Ofício de Registro Civil o aumento foi maior: passou de 24 para 56. Em Londrina, a exemplo de outras cidades do interior, o quadro foi parecido. Somente no 1º Ofício da cidade o total passou de 26 para 78.



Dados do Censo Escolar 2009 indicavam que cerca de 5 milhões de estudantes não tinham o nome do pai no registro de nascimento. Antes da simplificação, o prazo do processo poderia variar entre 30 e 90 dias. Hoje, é possível obter a certidão no mesmo dia.

09 MAR 2013

# GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

## Disputa acirrada

**N**a disputa que promete ser a mais acirrada dos últimos anos, a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) vai abrir na próxima segunda-feira as inscrições para os interessados em suceder **Roberto Gurgel (foto)** à frente da Procuradoria-Geral da República (PGR) pelos próximos dois anos. Chefe do Ministério Público Federal desde 2009, Roberto Gurgel – que ganhou notoriedade ao conseguir a condenação de 25 réus do processo do mensalão – não deverá tentar uma recondução, o que tem levado a uma intensa disputa nos bastidores da instituição. Pelo menos três nomes devem concorrer: a vice-procuradora-geral da República, Deborah Duprat; o subprocurador-geral Rodrigo Janot; e a vice-procuradora-geral eleitoral, Sandra Cureau.



## JUSTIÇA

### TRF-4 mantém autorização de venda de planos da Nossa Saúde

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) decidiu manter a liminar que permite a venda de planos de saúde da operadora Nossa Saúde. A empresa, com sede em Curitiba, havia sido incluída, em julho do ano passado, em uma lista de organizações reprovadas pela Agência Nacional de Saúde (ANS). Na relação, 38 estabelecimentos constavam

como impedidos de comercializar alguns planos, incluindo a empresa curitibana. A empresa foi à Justiça e obteve liminar determinando que a agência retirasse o nome da operadora da relação de empresas com produtos suspensos divulgada. Em 2 de outubro, outra lista foi divulgada, em que o nome da Nossa Saúde não aparecia. Foi então que a ANS recorreu ao TRF-4. O pedido de derrubada da liminar não foi aceito e, na prática, a comercialização de planos de saúde da operadora de Curitiba continua liberada.

### Punição a motorista que recusa bafômetro é ilegal, diz Procuradoria

Em parecer encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF), a Procuradoria-Geral da República defende que sejam consideradas ilegais as sanções administrativas previstas pela Lei Seca para o motorista que se recusar a fazer o teste do bafômetro para identificar se está dirigindo embriagado. Se essa tese for acolhida pelos ministros do STF, o motorista que se recusar a passar pelo bafômetro não poderá mais ser multado, ter a carteira de motorista suspensa por um ano e o veículo retido. Essas punições poderão ser válidas se houver outros tipos de provas, como vídeo e testemunhas. Atualmente, a multa nessa situação é de R\$ 1.915,40. O despacho assinado pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, sustenta que essas punições são inconstitucionais, já que não há obrigatoriedade para que seja feito o teste.

### Polícia Federal começa a investigar explosão de bomba na OAB-RJ

A Polícia Federal (PF) iniciou investigação para apurar os motivos e responsáveis pela explosão, na tarde da quinta-feira, de uma bomba no prédio da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro (OAB-RJ). A explosão ocorreu no 9º andar do edifício-sede da entidade, no centro do Rio. O imóvel foi esvaziado e ninguém ficou ferido. A OAB-RJ suspeita que o atentado seja uma ameaça contra o advogado Wadih Damous, ex-presidente da seccional da Ordem e futuro presidente da Comissão da Verdade do Rio, que irá apurar crimes do período da ditadura militar.

09 MAR 2013

GAZETA DO POVO

# Presidente da Comissão de Direitos Humanos é réu no STF por homofobia

Deputado Marco Feliciano foi denunciado ao Supremo por dizer que “a podridão dos sentimentos dos homoafetivos leva ao ódio e ao crime”

Eleito na última quinta-feira presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, o deputado evangélico Marco Feliciano (PSC-SP) tem contra si uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) por homofobia. A acusação se soma a um processo por estelionato no mesmo tribunal, por ter faltado a um evento pelo qual recebeu pagamento. Presidente da igreja Tempo de Avivamento, o parlamentar é contrário ao casamento gay.

Feliciano foi denunciado no início deste ano pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, que considerou discriminação uma de suas mensagens no Twitter, que dizia: “A podridão dos sentimentos dos homoafetivos leva ao ódio, ao crime, à rejeição”. Em sua defesa, Feliciano disse que não pode ser considerado homofóbico por “conta de 140 caracteres”, limite de letras aceitas num post no Twitter.

Já a ação por estelionato acusa Feliciano de, além de faltar no compromisso a São Gabriel (RS), ter optado por um evento que lhe pagou mais, no Rio de Janeiro. O fato ocorreu em março de 2008 e Feliciano deveria encerrar um evento gospel num estádio de futebol, onde estavam presentes cerca de sete mil fiéis. Mas não foi. No processo, negou a denúncia e disse que faltou por “motivos de força maior”. Segundo a denúncia, ele teria inventado um acidente no Rio para justificar seu não comparecimento ao evento pelo qual já teria recebido.

Outra polêmica relacionada a Feliciano foi a proposição, através de projeto de lei, que estupradores reincidentes sejam castrados quimicamente, em vez de presos. O projeto, arquivado, é do ano passado. Nele, o deputado propõe que a alternativa de castração química ocorra a “critério do juizado de execuções e com a anuência do réu”. Além disso, o projeto propõe para estupradores contumazes “a interdição compulsória em estabelecimento de tratamento médico-judiciário”.

## Polêmica

Feliciano foi eleito presidente da comissão com 11 votos, um a mais do que o necessário. O colegiado tem

18 parlamentares titulares. Com os manifestantes barulhentos, a sessão teve os próprios deputados como protagonistas de bate-bocas e discursos exaltados. De um lado, deputados da bancada evangélica, cobrando do presidente Domingos Dutra (PT-MA) a realização da eleição. De outro, os que reagiram à escolha de Feliciano tentando adiar a votação com manobras regimentais.

Poucos minutos após a eleição de Feliciano, uma petição on-line já pedia o seu afastamento, reunindo mais de 40 mil assinaturas até às 21h30. A repercussão da eleição de Feliciano foi parar também no Facebook, onde internautas postaram imagens com os dizeres “Estou de luto pelos direitos humanos no Brasil!” e outra em que o deputado é chamado de racista e homofóbico. Juntas, as duas imagens tinham 35 mil compartilhamentos.

**“A podridão dos sentimentos dos homoafetivos leva ao ódio, ao crime, à rejeição”**

Deputado Marco Feliciano, em postagem no Twitter pela qual foi acusado de homofobia e alvo de ação no STF.

**CONTINUA**

09 MAR 2013

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## DEFESA

### Deputado recebe manifestações de apoio na internet

O deputado Marco Feliciano (PSC-SP) vem recebendo manifestações de apoio de seus seguidores nas redes sociais pela "vitória" no Parlamento. Em agradecimento, sua assessoria divulgou um vídeo em que o deputado aparece emocionado e rezando após a posse.

Em contraponto às manifestações de repúdio à eleição do pastor na comissão, seus seguidores no Twitter e no Facebook saíram em sua defesa. "As pessoas só atacam quem incomoda. O senhor está fazendo a diferença. O povo de Deus é contigo", escreveu uma simpatizante no Twitter. "Sei que fará uma gestão digna que lhe foi confiada", comentou outro seguidor. "Pastor @marcofeliciano é um exemplo pra nossa geração! Um homem de Deus que não tem do que se envergonhar e merece nosso respeito", acrescentou outro. O líder do PMDB na Câmara, Eduardo Cunha (RJ), negou que tenha intermediado acordo entre ruralistas e evangélicos para garantir a Feliciano a presidência da Comissão de Direitos Humanos e evitar o avanço de projetos que tratam de quilombolas e de reservas indígenas, como acusou o deputado Domingos Dutra, ex-presidente da comissão. Cunha disse que não há restrição a nenhum projeto, mas que a comissão não pode ser "monotemática" e tratar apenas das causas dos homossexuais. "É uma comissão de defesa dos direitos humanos ou de defesa do movimento gay?", questionou.

## Protestos em dez cidades vão pedir saída de pastor

! A eleição do deputado federal Marco Feliciano (PSC-SP) para presidir a Comissão de Direitos Humanos da Câmara motivou internautas a marcarem manifestações em menos dez cidades, inclusive Curitiba. Pela rede social Facebook, a maior parte das manifestações foi marcada para acontecer neste sábado e promete ser um ato de repúdio ao comando do pastor evangélico no colegiado.

Em Curitiba, a concentração será na Praça Santos Andrade, no Centro, às 14 horas. Até a noite de ontem, 2,6 mil pessoas já tinham confirmado presença por meio da rede social. Os organizadores do evento deixam claro que não se trata de um ato antirreligioso e que demonstrações de ódio religioso não serão toleradas.

Também há atos convocados em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Porto Alegre, em Salvador, em Feira de Santana, em Fortaleza, em Juiz de Fora, em Uberlândia, em Brasília e até em Buenos Aires, na Argentina. A mensagem "convocatória" dos internautas é assinada por "minorias" brasileiras e ressalta o "profundo descontentamento com a indicação e a eleição" do deputado para a comissão. "As declarações racistas e homofóbicas do citado deputado ferem a ética política necessária à reputação daquele que coordenaria um órgão zelador dos direitos humanos", diz o texto.

# **Bruno deve ir para regime semiaberto em três anos**

O goleiro Bruno, condenado a 22 anos e três meses de prisão pela morte de Eliza Samudio, deve passar a cumprir pena em regime semiaberto em menos de três anos — entre o fim de 2015 e início de 2016 —, segundo o advogado criminalista Luiz Flávio Gomes.

Bruno está preso preventivamente há dois anos e nove meses. A previsão é que ele cumpra 40% dos 17 anos e sete meses a que foi condenado nesse regime. Os trabalhos feitos pelo goleiro dentro da cadeia durante o período em que esteve preso e o histórico de bom comportamento podem reduzir ainda mais o período na cadeia. A cada três dias trabalhados, o condenado tem um dia da pena descontado.

O promotor Henry Vasconcelos afirmou que está satisfeito com a condenação do goleiro Bruno Fernandes de Souza, mas disse que vai recorrer da decisão. “Não estou feliz porque uma pessoa morreu, mas estou satisfeito”, afirmou o promotor, que defende uma sentença de 26 a 28 anos a Bruno.

O advogado de defesa do ex-goleiro Lúcio Adolfo da Silva também afirmou que vai recorrer. Segundo ele, a sentença “não foi justa” porque o jogador revelou mais sobre o caso do que seu ex-assessor Luiz Henrique Romão, o Macarrão, e foi menos beneficiado. Macarrão foi condenado a 15 anos de prisão em novembro do ano passado. Os mesmos sete jurados (cinco mulheres e dois homens) que condenaram o ex-jogador do Flamengo absolveram, a pedido do Ministério Público, a ré Dayanne de Souza, 25, ex-mulher de Bruno.

**09 MAR 2013**

# 10 MAR 2013

## GAZETA DO POVO

### JUSTIÇA

#### **Audiência no STF debate se campos eletromagnéticos fazem mal à saúde**

O Supremo Tribunal Federal (STF) realizou três dias de audiência pública em Brasília para debater os efeitos dos campos eletromagnéticos sobre a saúde pública e o meio ambiente. Ao todo, 21 especialistas participaram dos encontros e expuseram suas opiniões sobre as suspeitas de que a radiação é cancerígena. As audiências foram convocadas pelo ministro Dias Toffoli, relator de um recurso em que se discute se a Eletropaulo (a companhia de energia de São Paulo) deve ou não diminuir a radiação do campo magnético em linhas de transmissão elétrica.

O processo chegou ao STF após o Tribunal de Justiça de São Paulo dar ganho de causa a associações de moradores de dois bairros paulistanos que entraram com uma ação contra a Eletropaulo. O TJ-SP determinou que a empresa reduzisse os limites de exposição dos campos para o mínimo possível de forma a evitar riscos à população.

Ainda não há data para o julgamento do caso no Supremo. "A Procuradoria Geral da República deverá manifestar-se. E depois também teremos de estudar esse tema para preparar o nosso voto e, uma vez liberado o voto, isso vai para a pauta do Plenário. A pauta é da competência do presidente do Tribunal", explicou Toffoli.

### NOTAS POLÍTICAS

#### **Indenização**

A Associação Nacional dos Procuradores da República entrou na Justiça com um pedido de indenização da União por irregularidades na política de reajuste salarial da categoria nos últimos cinco anos. Segundo contas da associação, o INPC e o IPCA-E, índices que medem a inflação no país, registram aumento de 49,9% e 47,17% entre 2005 e 2012. A associação afirma que no período o reajuste salarial da categoria foi de somente 14,53%, no entanto.

#### **Já pra casa**

A Câmara dos Deputados analisa um Projeto de Lei de autoria do deputado Roberto de Lucena (PV-SP) que restringe a permanência de crianças e adolescentes em bares, restaurantes, lanchonetes ou qualquer local público, após as 22 horas. A proposta 4590/12 altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90). Ela encarrega o juiz da Vara da Infância e da Juventude de, justificadamente, restringir essa permanência caso a criança ou o adolescente esteja desacompanhado dos pais ou responsáveis.

10 MAR 2013

# GAZETA DO POVO

GASPARi

» SUPREMO

## CPJ denuncia impunidade em crimes contra jornalistas

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, recebeu na última semana o relatório do Comitê de Proteção aos Jornalistas (CPJ) intitulado "Ataques à Imprensa — Jornalismo na Linha de Frente". A publicação foi entregue pelos jornalistas Carlos Lauría, coordenador sênior do programa da CPJ para as Américas, e Mauri König, repórter da *Gazeta do Povo* e diretor da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). O relatório revela que o Brasil ocupa o 3.º lugar nas Américas e o 11.º lugar mundial no índice de impunidade sobre crimes praticados contra jornalistas em represália direta por suas reportagens. Em 2010, a CPJ registrou um assassinato. Em 2011 foram três e, em 2012, quatro.

### Morte

Na última quinta-feira ocorreu mais um atentado, desta vez em Ipatinga (MG). O repórter Rodrigo Neto, do jornal *Vale do Aço*, foi morto com dois tiros de revólver quando entrava em seu automóvel. Ele já vinha recebendo ameaças de morte. Em nota, a Associação Nacional de Jornais lamentou o assassinato e cobrou das autoridades o esclarecimento do crime.

### Modos

Ninguém está livre de ter um piti e o doutor Joaquim Barbosa mostrou que é chegado a um descontrole. Da próxima vez que ele mandar alguém "chafurdar no lixo" e decidir desculpar-se, poderá fazê-lo pessoalmente. Pedir desculpas por intermédio da assessoria de imprensa é coisa de barão de uma elite que se julga acima da choldra. Em 2009, um policial de Boston foi chamado a uma cena em que um negro forçava a porta dos fundos de uma casa. Ao interpelá-lo, teria sido insultado. O negro era o professor Henry Louis Gates, professor de Harvard e dono da casa. Por causa do insulto, prendeu-o e o companheiro Obama disse que o policial agiu "estupidamente". Ao contrário do que aconteceu com Barbosa, no episódio a bola estava dividida, mas o presidente dos Estados Unidos deu-se conta de que não devia ter dito o que dissera. Convidou Gates e o policial para tomarem uma cerveja na Casa Branca.



Lauría e Mauri König foram recebidos pelo presidente do STF Joaquim Barbosa.

10 MAR 2013

# GAZETA DO POVO

## Rio Branco do Sul, a cidade dos prefeitos que não concluem o mandato

Desde 2000, o município da Grande Curitiba teve oito prefeitos diferentes. Moradores acreditam que problemas municipais seriam menores se houvesse continuidade na administração

| *Karlos Kohlbach*

■ A vida política de Rio Branco do Sul, na Região Metropolitana de Curitiba, é um caso à parte. Lá, desde a eleição de 2000, os prefeitos eleitos não conseguem terminar o mandato. São 13 anos de constante alternância no poder. Nesse período, foram oito as vezes em que o chefe do Poder Executivo local teve de deixar o cargo. Os motivos são os mais diversos. Desde suspeita de corrupção até assassinatos.

O atual prefeito, César Gibran Johnson (PSC), eleito em outubro do ano passado, só governa graças a uma decisão judicial, que pode ser

revertida nesta semana. No próximo dia 13, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) vai deliberar sobre a cassação da candidatura de Cezar Gibran e do vice, Joel Faria (PSC). Os dois já foram condenados em primeira instância por não ter feito uma ampla divulgação para anunciar a mudança de última hora na chapa pela qual se elegeu Gibran. Na formação original, o candidato a prefeito era Amauri Johnsson, pai de Gibran. Como teve a candidatura indeferida por ter contas reprovadas pelo Tribunal de Contas, Amauri foi substituído pelo filho.

Se a decisão for mantida pela Justiça, nem mesmo o segundo colocado na eleição, Valdemar José Castro (PSDB), poderá assumir o cargo. Isso porque ele também teve a candidatura cassada. Assim, o município convive hoje com a expectativa de uma nova eleição. Esse é só o mais recente imbróglio jurídico que vem marcando a história política de Rio Branco do Sul.

Os eleitores da cidade acreditam que o progresso no município caminha a passos lentos por não haver uma continuidade de projetos e ideias de poder. Alguns cidadãos atribuem aos gestores a culpa por não conseguirem concluir um mandato.

Há quem também culpe o Judiciário, que por algumas vezes foi quem determinou o afastamento do prefeito.

O que todos parecem concordar é que a rotatividade de prefeitos prejudica o município. Os moradores reclamam da falta de infraestrutura, de ruas sem calçamento, vias esburacadas, problemas na área da saúde, segurança e educação. Os moradores da cidade com quem a reportagem conversou são unânimes: se houvesse continuidade dos projetos do Executivo e menos rotatividade na cadeira de prefeito, a lista de reclamações poderia ser menor.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

RIVALS

10 MAR 2013

## Briga entre grupos políticos é a causa de instabilidade na cidade

A principal causa da constante alternância de poder na prefeitura de Rio Branco do Sul é a briga política acentuada na última década entre grupos rivais. Essa é a razão apontada por duas das autoridades da cidade – o juiz Marcelo Teixeira Augusto e o atual prefeito Cezar Gibran Johnsson. Ambos concordam que as mudanças no comando da prefeitura prejudicam os cidadãos. Juiz titular desde 2008, Teixeira foi quem acompanhou o último processo eleitoral e foi dele a decisão que cassou, em primeira instância, o mandato de Cezar Gibran. “Infelizmente, as decisões proferidas acabam realmente levando a uma situação de impasse no meio político, gera uma instabilidade. Isso é muito ruim para a comunidade”, diz o magistrado.

Teixeira também alfineta a classe política, que na opinião dele, sobrepõe os interesses pessoais aos da comunidade. “Quando um determinado governante assume a prefeitura, o adversário não consegue se conformar e tenta de todas as maneiras derrubá-lo”, diz, sem citar nomes.

Governando por força de uma decisão liminar, Cezar Gibran reconhece que a mudança constante na prefeitura retarda o crescimento de Rio Branco do Sul. Mas ele diz acreditar que os tempos de sucessão prematura na prefeitura acabaram. “Estou tendo um bom relacionamento com todas as alas políticas da cidade.”

## CONSTANTE MUDANÇA

Veja quem passou pela prefeitura de Rio Branco do Sul nos últimos 13 anos:

### João Dirceu Nazzari

➤ Eleito em 1996, foi prefeito de 1997 a 2000. Último a cumprir o mandato eletivo integralmente.

### Bento Chimelli

➤ Eleito em 2000, foi prefeito de 2001 a 2002. Deixou o cargo depois da acusação de irregularidades administrativas.

### Joana Faria Elias

➤ Substituiu Bento Chimelli. Ficou de 2002 a 2004 no cargo.

### Pedro Portes de Barros (Pedro Cristiano)

➤ Eleito em 2004, foi prefeito no ano de 2005. Foi acusado de compra de voto.

### Amauri Cezar Johnsson

Substituiu Pedro Cristiano. Foi prefeito de 2005 a 2007, ano em que foi acusado de fraude em licitação.

### Emerson Santo Stresser

➤ Substituiu Amauri

Johnsson em 2007, mas só ficou no cargo por poucos meses.

### Amauri Johnsson

➤ Retomou o cargo no fim de 2007.

### Adel Rutz

➤ Eleito em 2008, foi assassinado em março de 2010.

### Emerson Santo Stresser

➤ Substituiu Adel Rutz.

### Cezar Gibran Johnsson

➤ Eleito em 2012, governa a cidade por causa de uma decisão liminar. A Justiça cassou, em primeira instância, o mandato de Cezar Gibran. Ele não teria dado ampla divulgação à mudança na chapa original pela qual foi eleito. Nela, o candidato a prefeito era Amauri Johnsson, que teve a candidatura indeferida por causa de contas reprovadas pelo Tribunal de Contas. Amauri foi substituído pelo filho Cezar. A Justiça entendeu que a campanha de Amauri induziu os eleitores a pensar que não havia substituição.

## 4 MUNICÍPIOS

do Paraná têm o presidente da Câmara exercendo o cargo de prefeito: Inácio Martins, Fazenda Rio Grande, Bituruna e Jundiá do Sul

## 7 CIDADES

paranaenses têm um prefeito que aguarda decisão da Justiça: Araucária, Colombo, Jandaia do Sul, Três Barras do Paraná, Rolândia, Santo Antonio do Paraíso e Inajá

JULIANA ROES

## A guarda compartilhada na aldeia global

### ARTIGO

**E**m um mundo cada vez menor, no qual as redes sociais são as praças públicas da aldeia global e em que os paradigmas sexuais são quebrados ao ritmo das alterações tecnológicas, com pessoas se aproximando ao clique de um "Bang with Friends", não se admira que as tradições iminentes à união entre homem e mulher venham perdendo suas raízes formais e religiosas.

No mesmo passo, os ritos para separação de um casal no Brasil atingiram o ápice da simplicidade a partir de uma alteração constitucional em 2010. Da impossibilidade da separação, consoante preceito do evangelista Marcos, passando por situações intermediárias, como o antigo desquite e a conversão da separação em divórcio, chegou-se à concepção contratual purista do matrimônio, em que a afirmação da vontade em cartório termina e extingue a convivência conjugal. Não por outra razão, após a aprovação da alteração constitucional o número de divórcios aumentou 45,6%, segundo dados do IBGE.

A separação de um casal é um momento muito delicado, tanto para os cônjuges envolvidos quanto para os filhos advindos da relação conjugal. É decisivo, nessa situação, que as questões relativas à educação e cuidados com a prole sejam bem resolvidas entre

os genitores, tendo-se sempre em mente ser mais importante manter a integridade da relação parental com os filhos, sem que as querelas concernentes às falhas na união afetem os bons frutos da relação.

A partir do advento da Lei 11.698/2008 ("Lei José Lucas", fruto da luta de um pai pelo direito de conviver mais intensamente com seu filho, José Lucas), que alterou o Código Civil tratando exclusivamente das questões afetas ao compartilhamento da guarda dos filhos, tal modalidade de exercício do poder familiar pelos pais separados passou a ser a regra no ordenamento jurídico vigente (embora apenas 5,4% dos casais adotem, segundo o IBGE), só perdendo espaço para a guarda unilateral quando esta realmente se mostrar mais adequada à realidade dos filhos e às possibilidades de consenso entre os genitores (caso em que as visitas devem ser rigorosamente estabelecidas e cumpridas, de modo a satisfazerem o direito/dever de convivência entre pais e filhos).

Principalmente nos casos de rompimento litigioso, a guarda compartilhada traz, para os pais, a repulsa de ser obrigado a conviver ainda com o ex-cônjuge. E é fato incontornável que essa convivência obrigatoriamente existirá. Todavia, exige-se bom senso e temperança por parte dos pais, sempre tendo em vista o bem-estar dos filhos, pois a guarda compartilhada não implica no perdão ou reatamento da amizade, mas na tolerância recíproca em benefício de um valor maior. A ninguém é dado esquecer que os laços conjugais podem se romper por vontade própria; jamais os laços da paternidade e maternidade, que nunca se dissipam.

Guarda compartilhada é divisão de decisões, responsabilidades e cuidados com os filhos; e essa medida pode ser perfeitamente adotada por ex-cônjuges que passarão a residir em cidades distintas. Para que seja viável, basta que seja determinada a residência-referência da criança (onde os menores passarão a maior parte do tempo, onde irão para a escola etc.) e reconhecida a responsabilização de ambos os genitores de chegar a um consenso sobre os rumos a serem tomados na educação e formação dos infantes.

As decisões podem ser tomadas pela simples comunicação entre os genitores, devendo as ausências daquele que mora longe serem compensadas aos fins de semana, feriados e férias escolares.

A escolha da residência-referência deve ser ponderada, observando-se qual dos genitores possui melhores condições de cuidado e mais afinidades com os filhos. Tradicionalmente, a tendência era manter os filhos sempre com a genitora (ainda hoje 87,6% das guardas estão a cargo da mãe); entretanto, tal quadro fático vem se alterando sensivelmente e a legislação e os tribunais têm se adequado a esta realidade, pois pais e mães têm os mesmos direitos e deveres em relação aos filhos e não se olvida que a convivência pacífica e tranquila entre os filhos e ambos os genitores só contribui para a boa formação psíquica e emocional dos infantes.

**CONTINUA**

10 MAR 2013

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

A guarda compartilhada não serve para atender a interesses dos pais, mas para garantir os direitos dos filhos, evitando as irremediavelmente comuns brigas pela posse dos filhos e a transformação das crianças em "moeda de troca".

E, se o mundo e os costumes, para o bem e para o mal, passam por graves e importantes transformações, a higiene moral, física e psíquica dos filhos de relações conjugais fracassadas não pode nem deve ser desconsiderada. Aos pais não é dado o direito, sequer a possibilidade, de confundir a conjugalidade (questões afetas à relação conjugal) com a parentalidade (questões relativas à ligação familiar ascendentes/descendentes). Apesar de todas as dificuldades, o divórcio é sempre entre adultos, nunca entre pais e filhos.

# GAZETA DO POVO

## O feriado e os “racistas”

10 MAR 2013

Defender ou criticar o novo feriado do Dia da Consciência Negra é legítimo; o que não se pode é simplesmente rotular de “racistas” os que são contrários ao dia de folga

O Conselho Municipal de Políticas Étnico-Raciais (Comper) de Curitiba iniciou, na sexta-feira, uma campanha de reação à ação judicial movida pela Associação Comercial do Paraná (ACP) que contesta a criação do feriado do Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro. Buscar o debate público sobre a criação do feriado é louvável, mas, quando se observa o nome da campanha, não parece ser exatamente esse o objetivo do movimento. Inicialmente chamada “Racismo não”, a iniciativa recebeu o nome definitivo de “Diga não ao racismo e a todas as formas de discriminação”.

O nome da campanha não chega nem a ser uma indireta — o objetivo é escancarado: jogar sobre todos os que se opõem à criação do feriado a pecha de racistas. “A reação da ACP é racista”, disse, com todas as letras, o presidente do Comper, Saul Dorval da Silva, citado no site do vereador curitibano Jorge Bernardi. A afirmação é grave, e não apenas porque o movimento negro está acusando a ACP, o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Paraná (Sinduscon, que também é autor da ação) e os demais opositores do feriado de uma ação criminoso — afinal, o racismo é justamente considerado crime.

Ao alegar que há motivações racistas na ação da ACP e do Sinduscon, o Comper simplesmente fecha a possibilidade de discussão. O interesse já não é debater a questão do feriado; é simplesmente ganhar o embate na base do rótulo, encarado como um “argumento” definitivo e irrefutável. Infelizmente muitas das discussões sobre políticas sociais e direitos das minorias no Brasil têm seguido este caminho, e adjetivos como “racista” ou “fascista” são usados e abusados para camuflar seja a falta de preparo para o debate, seja a própria intolerância a posicionamentos legítimos, embora contrários.

A verdade é que praticamente todos os argumentos econômicos e jurídicos que são usados pela ACP para contestar a instalação de mais um feriado em Curitiba serviriam igualmente para qualquer outra data que não fosse o Dia da Consciência Negra. A associação, por exemplo, afirma que cada dia parado representa um prejuízo de R\$ 160 milhões para o comércio local. Em artigo publicado na Gazeta do Povo em 31 de dezembro de 2012, Saul Dorval afirmou que, em outras cidades nas quais o feriado de 20 de novembro foi implantado, a economia local cresceu de 2% a 4%. O Comper poderia, por exemplo, ter convidado a ACP para que as duas entidades apresentassem os estudos nos quais se baseiam, para chegar a uma conclusão a respeito do verdadeiro impacto da data sobre a economia curitibana. Mas, em vez disso, ao adotar a retórica vitimista, o movimento negro desrespeita a sociedade curitibana — que, aliás, em sua maioria também discorda da criação do feriado, conforme levantamento da Paraná Pesquisas divulgado pela Gazeta do Povo em 4 de fevereiro.

O racismo é uma chaga na sociedade brasileira, e não há dúvida de que precisa ser condenado e combatido. A cultura negra é digna de promoção, assim como as demais culturas que formaram a sociedade paranaense e brasileira — tanto a ACP quanto a maioria dos curitibanos concordam com a aprovação de uma data comemorativa em homenagem a Zumbi dos Palmares. Questionar a criação do respectivo feriado, no entanto, não implica o menor traço de racismo. Ninguém está pretendendo vedar aos negros direitos garantidos a outras etnias, ou considerá-los inferiores ou indignos. Associar a ação judicial da ACP e do Sinduscon à prática de racismo é uma tentativa de fazer prevalecer a opinião própria sem a necessidade de discutir o feriado. Saul Dorval alega que “esse tipo de posicionamento [a ação judicial] acaba manchando a imagem de Curitiba”, mas na verdade a reação do movimento negro é que mancha a sua imagem perante os curitibanos. Ainda há tempo de deixar o vitimismo de lado e promover um debate adulto sobre o que é melhor para a cidade.

# GAZETA DO POVO

## ROBERTO BACELLAR

### ***As férias de 60 dias para juízes***

1 1 MAR 2013

**H**á peculiaridades, direitos e prerrogativas que distinguem atividades, profissões e pessoas, e isso não é ruim. Porte de arma, por exemplo, é prerrogativa de quem trabalha com segurança pública, a exemplo de policiais; sigilo de fonte é prerrogativa de jornalista.

Há normas especiais de tutela do trabalho na CLT (a partir do artigo 224), com jornadas diferenciadas de atividades para bancários, professores, jornalistas, para serviços de telefonia, operadores cinematográficos, trabalhos frigoríficos, atividades embarcadas ou em minas, serviços químicos, dentre tantas outras profissões reguladas em leis especiais. Todas as vezes que alguns desses profissionais excederem suas cargas horárias de quatro, cinco, seis ou até oito horas diárias, terão o direito de receber acrescido em até 50%. Computa-se como trabalho efetivo o tempo em que o empregado estiver à disposição do empregador, proibindo-se, em alguns casos, trabalhos aos domingos.

Os juízes prestam um concurso público para uma profissão que exige dedicação exclusiva, de risco, sem limites de trabalho, sem jornada ou percepção de horas extras. Passam a desempenhar suas atividades — algumas de maior risco que outras — nas áreas criminais, de família, tribunal do júri e juizados. Atuam em plantões e à disposição em quaisquer horários e dias, sejam domingos ou feriados, para atendimento de quem necessite de seus serviços.

Assim é o trato constitucional: não podem exercer outra atividade, exceto de juiz e professor; não têm limite de horário ou de serviço, embora devam cumprir suas metas; não podem filiar-se a partidos políticos e devem cumprir na

vida pública e privada uma conduta irrepreensível. Há também prerrogativas de inamovibilidade e vitaliciedade e direito a subsídio que, algumas vezes, fica defasado por mais de sete anos pela inflação, em clara ofensa a outra prerrogativa, que é a da irredutibilidade de vencimentos.

A opção brasileira foi a de compensar essa profissão de dedicação exclusiva com diferenciado período de férias, como ocorre com professores, radiologistas e promotores de Justiça, dentre outras atividades e profissões.

Há uma fúria atual contra o juiz, como se acabar com as férias dos juízes fosse melhorar a Justiça; como se fosse possível melhorar a educação acabando com as férias dos professores. Proponho discutir isso sem hipocrisia e sem demagogia.

**Roberto Bacellar**, juiz de Direito, é diretor-presidente da Escola Nacional da Magistratura (ENM/AMB).

1 1 MAR 2013

# GAZETA DO POVO

»JULGAMENTO

## Júri do caso Mércia começa hoje

O advogado e ex-policia militar Mizaél Bispo de Souza, 43 anos, começa a ser julgado hoje em Guarulhos (SP), pela morte da sua ex-namorada, Mércia Mikie Nakashima. Será a primeira vez no país que um júri será transmitido ao vivo por emissoras de rádio, tevê e internet.

Mércia e Mizaél foram sócios em um escritório de advocacia e namoraram por quatro anos até setembro de 2009. A advogada foi vista pela última vez na tarde de 23 de maio, durante um almoço de família. Em 10 de junho, o carro de Mércia, um Honda Fit, foi encontrado na represa Atibainha, em Nazaré Paulista. No dia seguinte, o corpo foi localizado.

O promotor Rodrigo Merli Antunes diz que o conjunto de provas colhido ao longo do processo lhe dá convicção de que Mizaél cometeu o crime. Para o advogado Samir Haddad Júnior, porém, as provas são frágeis e Mizaél é “incapaz de matar alguém”.

## EVANGÉLICO

### MP-PR decide hoje se apresenta denúncia sobre mortes em hospital

O Ministério Público do Paraná deve decidir hoje se oferece ou não denúncia à Justiça sobre as mortes suspeitas ocorridas na UTI do Hospital Evangélico de Curitiba. A Promotoria de Proteção à Saúde Pública iniciou na última terça-feira a análise do inquérito da Polícia Civil – o prazo legal para o oferecimento ou não da denúncia é de cinco dias. O inquérito aponta que houve formação de quadrilha e homicídio qualificado. Seis pessoas foram indiciadas: cinco médicos, incluindo a chefe da UTI-Geral Virgínia Helena Soares de Souza, e uma enfermeira. Ontem, o programa *Fantástico*, da Rede Globo, veiculou uma reportagem em que Virgínia se defendeu das acusações, por gravações.

09 MAR 2013

## FOLHA DE S. PAULO

# Justiça do Amazonas condena padre a 9 anos de prisão por pedofilia

Enquanto o Vaticano debate o envolvimento de sacerdotes em escândalos de abuso sexual, a Justiça do Amazonas condenou um padre suíço naturalizado italiano a nove anos de prisão, em regime fechado, por crime de pedofilia.

A sentença contra Piergiorgio Albertini, 72, é de 26 de fevereiro passado — 20 anos após a sequência de abusos sexuais contra uma menina que tem hoje 29 anos. Ele nega.

Segundo as investigações, a menina foi vítima de “conjunção carnal” e “ato libidinoso” dos 9 aos 12 anos.

Ela estudava na instituição para crianças carentes Lar Cristo-Rei, coordenada por Albertini, que é pároco na prelazia de Borba (a 150 km de Manaus) desde 1990.

Autor da sentença, o juiz da Comarca de Borba, Eliezer Fernandes Júnior, decidiu que ele poderá recorrer em liberdade. O passaporte está apreendido desde 2010, e ele é alvo de outro processo sob a acusação de abuso sexual.

A Justiça demorou nove dias para encontrá-lo, anteontem, para notificar a sentença.

Suíço, Piergiorgio Albertini chegou ao Brasil em 1979, em São Paulo.

Os casos de pedofilia foram denunciados no fim dos anos 1990 por famílias de três meninas ao Conselho Tutelar.

Em 2002, as garotas depuseram à Polícia Federal, em Manaus. No depoimento, ao qual a **Folha** teve acesso, uma delas contou que o padre acariciava suas partes íntimas. “Quando tudo acabava, ele me dava alguma coisa para eu ficar calada”.

No inquérito da PF, a menina disse que Albertini teria oferecido uma moto para ela negar o depoimento. Ela foi submetida ao exame de corpo de delito, que atestou a conjunção carnal.

Em 2004, o inquérito da PF foi enviado à Justiça do Amazonas, que abriu ação penal contra o pároco. O julgamento ocorreu nove anos após a abertura do processo.

Em depoimento à PF, em 2002, o padre afirmou ser vítima de calúnia. “Jamais levei uma menor para dormir na minha casa”, disse. “Ele afirma que não cometeu esses crimes. Vamos provar isso”, disse seu advogado, Alysso Karrer.

09 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

# País tem 243 denúncias de agressão à mulher por dia

**Número de relatos cresceu sete vezes desde a criação central telefônica**

**No ano passado, Disque 180 registrou 88 mil casos de violência; em 70%, o agressor é o companheiro da vítima**

O número de denúncias diárias de violência contra a mulher recebidas pelo Disque 180 cresceu quase sete vezes em seis anos.

No ano passado, o serviço de atendimento do governo federal registrou 243 casos por dia. Em 2006, quando a central telefônica foi criada, a média era de 35 denúncias.

Para a ministra Eleonora Menicucci (Mulheres), a maior confiança na Lei Maria da Penha —que penaliza o agressor— e a menor sensação de impunidade são fatores que contribuíram para o crescimento dos relatos.

“O caso do goleiro Bruno é emblemático. Foi um dos crimes mais bárbaros que já tive conhecimento, e o impacto da condenação é enorme”, afirmou a ministra.

Ao todo, o Disque 180 realizou pouco mais de 732 mil atendimentos no ano passado —além de denúncias, a central tira dúvidas sobre a legislação e encaminha alguns casos para outras instituições, por exemplo.

O número é superado apenas pelo total registrado em 2010: 735 mil atendimentos.

Dos cerca de 88 mil relatos registrados pela central no ano passado, 56% tratam de violência física e 28% de agressão psicológica.

Em 70% dos casos, o agressor é companheiro ou marido da vítima.

“Temos que desencadear campanhas de sensibilização para que [haja uma] mudança de mentalidade da sociedade brasileira, que ainda é patriarcal, sexista, muito homofóbica e racista”, declarou a ministra.

A intenção agora é ampliar o serviço, ainda neste ano, para mais países. Hoje, a central já recebe ligações de Portugal, Espanha e Itália.

## **ASSISTÊNCIA JURÍDICA**

No Dia Internacional da Mulher, a secretaria anunciou ainda medida para garantir assistência jurídica gratuita a mulheres presas ou acusadas de tráfico internacional de crianças.

A parceria foi assinada com o Ministério da Justiça e a Defensoria Pública da União.

Somente no ano passado, a Secretaria de Políticas para as Mulheres recebeu 17 processos da Convenção de Haia, que trata do sequestro internacional de crianças.

São casos de mulheres casadas com estrangeiros e que sofreram violência do companheiro. Elas decidem então retornar ao Brasil com os filhos e são alvo de processo.

“Essas crianças têm a guarda de ambos [os pais], mas estão presas a uma nação onde não querem mais ficar” disse Haman Córdova, defensor público-geral federal.

Presidiárias também receberão maior atenção do governo. Hoje, são cerca de 36 mil mulheres presas no país.

09 MAR 2013

# FOLHA DE S. PAULO

## Senador tucano é processado por dar calote

Líder da oposição, Mário Couto passou  
três cheques sem fundo para comprar uma lancha

O líder da oposição no Senado, Mário Couto (PSDB-PA), está sendo processado na Justiça do Pará por ter passado três cheques sem fundo para adquirir uma lancha usada, no valor de R\$ 80 mil.

Segundo o vendedor —um médico de Belém que diz ter comprado a embarcação em junho de 2011 no Rio—, a transação foi acertada com o senador no fim do mesmo ano.

Ambos gostam de pescar e se conheceram em Salinópolis (PA) por meio de amigos em comum. Segundo Albedy Bastos, vendedor da lancha, em meados de 2011 o senador lhe pediu a embarcação emprestada sob o argumento de que gostaria de comprá-la.

Couto continuou a usá-la outras vezes antes de efetuar a transação: “Até que liguei para o caseiro dele e mandei perguntar se ele ia comprar a lancha. Respondeu que sim”.

Os cheques de Couto foram datados para março, abril e maio de 2012. “Chegou a data e fui checar meu extrato de conta. Nada. O cheque foi devolvido por insuficiência de saldo”, declarou Bastos.

De acordo com outro processo a que Couto responde na Justiça, a conta do cheque é a mesma na qual ele recebe seu salário de parlamentar.

Bastos afirma que tentou contato com o senador e somente conseguiu falar com a esposa dele, que teria lhe garantido que o filho de Couto faria o pagamento em dinheiro do valor do primeiro cheque recusado. “Estou esperando até hoje”, disse Bastos.

Os outros dois cheques também estavam sem fundos.

A ação pedindo a cobrança dos R\$ 80 mil foi ajuizada em julho de 2012. Segundo a tramitação processual, a Justiça não localizou Couto.

Além desse caso, Couto é réu em duas ações na Justiça do Pará sob a acusação de envolvimento em supostos esquemas de desvios de recursos quando presidia a Assembleia Legislativa do Estado (2003-2007). O senador diz que não sabia dos problemas. Na década de 1980, como já revelou a **Folha**, Couto atuava no jogo do bicho.

## Senador diz que a lancha virou e que planeja devolvê-la

O senador Mário Couto (PSDB-PA) disse via assessoria que a compra da lancha envolveu um “acordo verbal” pelo qual a transação só seria efetuada se a embarcação estivesse em perfeito estado.

“Nós combinamos amigavelmente que em caso de a lancha ter problemas os cheques seriam devolvidos. E tive sérios problemas com a lancha, que virou em três ocasiões”, diz Couto. Ele alega que correu risco de morte.

Couto diz ter avisado o médico do problema e dito que devolveria a lancha. “Meu grande erro foi não ter feito isso logo. Mas como eu faria? Colocaria a lancha na minha cabeça e levaria até ele?”

Ele diz que comprou “gato por lebre” e acusa o vendedor de agir com “má-fé”. O médico nega ter sido procurado por Couto para relatar problemas ou devolver a lancha.

09 MAR 2013

## FOLHA DE S. PAULO

# Para Procuradoria, motorista não é obrigado a soprar no bafômetro

**Ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo, diz MPF**

Em parecer enviado ao STF (Supremo Tribunal Federal), o MPF (Ministério Público Federal) defende que sejam consideradas ilegais sanções administrativas previstas pela lei seca para o motorista que se recusar a fazer o teste do bafômetro para identificar se está dirigindo embriagado.

Se essa tese for acolhida pelo STF, o motorista que se recusar a passar pelo bafômetro não poderá mais ser multado, ter a carteira de motorista suspensa por um ano e o veículo retido. Essas punições poderão ser válidas se houver outros tipos de provas, como vídeo e testemunhas. Hoje, a multa nessa situação é de R\$ 1.915,40.

O despacho, assinado pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, e a vice-procuradora-geral, Deborah Duprat, sustenta que essas punições são inconstitucionais porque ninguém é obrigado a produzir provas contra si mesmo. “Trata-se do chamado direito à não autoincriminação”, escrevem.

O parecer será analisado por Luiz Fux, relator de ações que desde 2008 questionam a constitucionalidade da lei.

O texto dos procuradores já avalia critérios mais rígidos da lei seca, em vigor desde dezembro. Para a Procuradoria, é constitucional a “tolerância zero”, pois dirigir sem presença de álcool no organismo reduz riscos.

“[Tolerância zero] é necessária, uma vez que se revela o meio mais eficaz a reduzir, drasticamente, índices de acidentes de trânsito fatais.”

Resolução do Contran (Conselho Nacional de Trânsito) fixou 0,05 miligrama por litro como limite para o nível de álcool tolerado no teste do bafômetro —uma lata de cerveja é suficiente para multa.

Para eles, ainda são válidas as novas provas para comprovar se o motorista está dirigindo bêbado como depoimento do policial, vídeos, testes clínicos e testemunhos.

09 MAR 2013

# FOLHA DE S. PAULO

## PAINEL

**Continua lindo** Ministros do governo apostam que o plenário do STF repetirá a divisão geográfica do Congresso ao analisar a polêmica dos royalties do petróleo. Luiz Fux, Joaquim Barbosa e Marco Aurélio Mello, que têm laços com o Rio de Janeiro, são tidos como contrários à redistribuição dos recursos.

## PAINEL

**Pela..** Advogado de Duda Mendonça, Antonio Carlos de Almeida Castro contestou no STF (Supremo Tribunal Federal) parecer de Roberto Gurgel contrário à liberação de seus bens. O publicitário foi absolvido no mensalão, mas a corte só deve desbloquear seu patrimônio após a publicação do acórdão.

**... ordem** No texto, Kakay afirma que o procurador-geral da República, ao citar a possibilidade de mudança do julgamento para manter o bloqueio, “ousa atentar contra o direito à liberdade e contra uma declaração de inocência subscrita pela mais alta Corte de Justiça do país”.

## PAINEL DO LEITOR

### Joaquim Barbosa

Num país onde uma autoridade do Judiciário é chamada de “o maior brasileiro de todos os tempos”, como o fez o leitor Carlos Alberto Ventura (Painel do Leitor, ontem), demonstra-se que os valores nacionais estão indo rumo a um moralismo conservador, em nome dos ditos “bons costumes” e da “ordem nacional”. É lamentável, pois um juiz não tem o papel de moldar um povo.

SAMIR AHMAD DOS SANTOS MUSTAPHA  
(São Paulo, SP)

## MÔNICA BERGAMO

### LINHA RETA

Clarice Herzog, viúva do jornalista Vladimir Herzog, receberá no dia 15 o atestado de óbito do jornalista, corrigido por determinação da Justiça. Em vez de “suicídio”, o documento dirá que a morte “decorreu de lesões e maus tratos sofridos em dependência do 2º Exército de SP”. A cerimônia será na USP.

### DESFILE

O governo busca uma “terceira via” para o STF (Supremo Tribunal Federal) depois que os candidatos mais evidentes, Heleno Torres e Humberto Ávila, perderam fôlego nos últimos dias.

Circulam para a vaga nomes como os de Marcelo Nobre, ex-conselheiro do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), Deborah Duprat, procuradora da República, e Lenio Streck, procurador de Justiça do Rio Grande do Sul.

### VOTO

O governo pretende prestigiar Ricardo Lewandowski. Ainda que não emplaque o candidato de seu coração, Heleno Torres, para o STF, o magistrado será ouvido antes que o martelo seja batido.

09 MAR 2013

# FOLHA DE S. PAULO

## Explosão na OAB do Rio será investigada pela Polícia Federal

Futuro presidente da Comissão da Verdade do RJ não descarta tentativa de intimidação

A Polícia Federal iniciou investigação para apurar a explosão de um artefato anteortem no prédio da seccional da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) no Rio de Janeiro.

Na tarde de quinta-feira, um artefato explodiu no 9º andar do edifício Sobral Pinto, sede da entidade, no centro do Rio. O imóvel foi esvaziado e ninguém ficou ferido.

Segundo o advogado Wadih Damous, ex-presidente da OAB-RJ, o Disque-Denúncia do Rio recebeu uma ligação anônima informando que ele seria o alvo do atentado.

“Houve uma ligação dizendo que alguns militares da reserva estariam tramando o meu assassinato e explodiriam três bombas na OAB-RJ”, disse Damous.

O episódio ocorreu às vésperas de sua nomeação para a presidência da Comissão da Verdade do Estado do Rio, que será publicada na segunda-feira, por decreto do governador Sérgio Cabral (PMDB).

Damous, que preside a Comissão de Direitos Humanos da OAB nacional, não descartou que haja relação entre o atentado e sua nomeação.

“Uma entidade como a OAB-RJ, que já foi vítima de um atentado a bomba à época da ditadura, eu como ex-presidente. Estouraram um artefato lá. Obviamente a conclusão vai nesse rumo. Se é verdade ou não, só as investigações vão dizer.”

Em 27 de agosto de 1980, um atentado com uma cartabomba na OAB do Rio provocou a morte da funcionária Lydia Monteiro da Silva e feriu outra pessoa.

“Se de fato aconteceu nos moldes em que está sendo apresentado, como tentativa de intimidação, não vai funcionar. A futura Comissão da Verdade do Rio não vai se deixar intimidar por isso”, afirmou o futuro presidente do grupo.

## Procuradores vão à Justiça pedir indenização por reajuste salarial

DE BRASÍLIA - A ANPR (Associação Nacional dos Procuradores da República) entrou na Justiça com um pedido de indenização da União por irregularidades na política de reajuste salarial da categoria nos últimos cinco anos.

Segundo contas da associação, o INPC e o IPCA-E, índices que medem a inflação no país,

registram aumento de 49,9% e 47,17% entre 2005 e 2012.

A associação afirma que no período o reajuste salarial da categoria foi de somente 14,53%, no entanto.

Para justificar o pedido de indenização, a ANPR disse que o governo descumpriu determinação do artigo 37 da Constituição, que trata do tema.

09 MAR 2013

## FOLHA DE S. PAULO

### Curto-circuito foi a causa de incêndio no Leblon.

Casal morreu após  
pular do quarto andar

O incêndio que ocasionou a morte do desembargador Ricardo Areosa, 57, e de sua mulher, Cristiane, 33, no último domingo no Rio, teve origem em um curto-circuito na fiação da sala do apartamento do casal.

A informação é de laudo do ICCE (Instituto de Criminalística Carlos Éboli), encaminhado ontem aos policiais da 14ª Delegacia de Polícia (Leblon), que investigam o caso.

Segundo o laudo, o foco inicial do incêndio ocorreu na tomada onde estava conectado um home theater.

Areosa e a mulher morreram depois de pularem de uma janela do imóvel em que moravam, no quarto andar de um prédio do Leblon, zona sul do Rio, numa tentativa de fugir das chamas.

Segundo informações dos bombeiros, o juiz morreu na hora. Ele caiu em cima de uma mureta no prédio dos fundos, após uma queda de 15 metros. Já Cristiane teve a queda amortecida por um toldo e foi levada em estado grave para o hospital Miguel Couto, na Gávea, mas não resistiu aos ferimentos.

Vizinhos relataram que a espera pela primeira equipe dos bombeiros foi superior a 20 minutos. Ao chegarem, os bombeiros afirmaram que não havia água no hidrante localizado exatamente em frente ao edifício atingido pelo incêndio, o que dificultou o controle das chamas.

No entanto, a Cedae (Companhia Estadual de Águas e Esgotos), responsável pelo hidrante, disse que os bombeiros não souberam operar o equipamento.

Em nota, os bombeiros afirmaram que chegaram em seis minutos após a primeira chamada de socorro, mas o casal já havia pulado pela janela.

A demora no atendimento e os problemas encontrados foram os motivos que ocasionaram a troca de comando do destacamento da Gávea, determinada pelo comandante dos bombeiros Sérgio Simões.

1 0 MAR 2013

# FOLHA DE S. PAULO

## GASPARI

### MODOS

*Ninguém está livre de ter um piti, e o doutor Joaquim Barbosa mostrou que é chegado a um descontrole.*

*Da próxima vez que ele mandar alguém “chafurdar no lixo” e decidir desculpar-se, poderá fazê-lo pessoalmente. Pedir desculpas por intermédio da assessoria de imprensa é coisa de barão de uma elite que se julga acima da choldra.*

*Em 2009, um policial de Boston foi chamado a uma cena em que um negro forçava a porta dos fundos de uma casa. Ao interpelá-lo, teria sido insultado. O negro era o professor Henry Louis Gates, professor de Harvard e dono da casa. Por causa do insulto, prendeu-o e o companheiro Obama disse que o policial agiu “estupidamente”.*

*Ao contrário do que aconteceu com Barbosa, no episódio a bola estava dividida, mas o presidente dos Estados Unidos deu-se conta de que não devia ter dito o que dissera. Convidou Gates e o policial para tomarem uma cerveja na Casa Branca.*

### O QUE ELE DISSE

## JOAQUIM BARBOSA Vá chafurdar no lixo

presidente do STF, falando com repórter; mais tarde, no mesmo dia, a assessoria de imprensa dele divulgou nota com pedido de desculpas



1 1 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

## Nos mínimos detalhes

O corregedor Nacional de Justiça, Francisco Falcão, definiu o cronograma de correições até outubro. Além da prevista ida a Sergipe, em abril, o ministro programou nova e explosiva inspeção em São Paulo. A ideia é que a varredura seja bem mais ampla que a anterior, realizada em julho de 2012 nas unidades administrativas do Tribunal de Justiça. Desta vez, verificará também o funcionamento dos gabinetes e estenderá a apuração a varas da primeira instância, inclusive do interior.

**Nitroglicerina** Desembargadores paulistas estiveram no centro da polêmica com a ex-corregedora Eliana Calmon. Ela chegou a afirmar que a corte era “refratária” ao trabalho do CNJ e “fechada”.

**Calendário** Dia 12, Falcão inicia pente-fino no setor de precatórios no TJ do Ceará. Depois, fará correições em quatro Estados: Bahia, Pará, Paraná e Amazonas.

11 MAR 2013

# FOLHA DE S. PAULO

## O papel de cada um

**ELA WIECKO**

**Se o Ministério Público não puder apurar uma conduta que não tiver sido investigada pela polícia, ficará comprometida sua função de acusar**

A separação e a distinção de funções servem à racionalidade no exercício do poder. Os Estados se organizam a partir de três funções básicas: legislar, administrar e julgar, que correspondem aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Assim, ao Legislativo cabe elaborar as leis; ao Executivo, executá-las e ao Judiciário, julgar as controvérsias sobre a aplicação das leis.

Mas, embora o Legislativo preponderantemente se ocupe de elaborar as leis, também exerce atribuições de outros Poderes, quando apura condutas por meio de comissões de inquérito ou quando processa e julga determinados agentes políticos.

O Executivo também legisla, por meio de medidas provisórias, e mantém órgãos que julgam a conformidade de certas condutas à lei.

Por vezes, tribunais têm competência normativa, estabelecem e executam políticas administrativas.

Essa reflexão vem a propósito de uma distinção que começou a ser disseminada, como se fora garantia democrática, de que a polícia investiga, o Ministério Público acusa e o Judiciário julga.

Em primeiro lugar, com intensidade maior ou menor, as três instituições, de alguma forma investigam, acusam e julgam. Polícia e Ministério Público julgam quando deixam de apurar no inquérito policial ou em juízo, respectivamente, a prática de infrações penais. Ao Judiciário, compete promover a apuração de crimes imputados a seus membros.

Em segundo lugar, investigar e acusar se confundem na prática. Isso porque investigar ou apurar implica averiguar, empenhar-se em

descobrir a autoria de uma conduta e as circunstâncias a ela relacionadas. Essa apuração, quando é feita pela polícia, resulta num juízo sobre a conduta de uma pessoa: cometeu ou não cometeu um fato ilícito. Se cometeu, ela é indiciada, o que equivale a uma acusação.

De sua parte, a atuação do Ministério Público no processo penal não se resume a acusar, no sentido de imputar a alguém uma falta, um erro, um crime. Precisa fazer mais: precisa fazer prova em juízo, o que nada mais é do que uma apuração, uma investigação.

No processo penal, o importante é distinguir as funções de acusar, defender e julgar, características do sistema acusatório. Essa é a inovação trazida pela Constituição de 1988, que aboliu o sistema inquisitivo e exigiu a releitura e alterações do Código de Processo Penal.

Atende à racionalidade do poder punitivo distinguir a fase de investigação pré-processual da fase de investigação processual e atribuí-las a órgãos diversos. Essa é a regra, que não pode, porém, transformar-se em cabresto para o órgão que tem a função de "promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei" (art. 129, I).

Se o Ministério Público não puder apurar uma conduta que não tiver sido apurada pela polícia ou tiver sido deficientemente apurada, ficará comprometida a função de acusar.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37, a pretexto de pacificar controvérsias que foram criadas artificialmente, estará violando o princípio constitucional do pluralismo político (art. 1º, V), pois estará reduzindo as alternativas do Estado brasileiro em dar resposta efetiva a violações a direitos fundamentais definidas em lei como crimes.

A expressa competência privativa conferida à polícia para apurar infrações penais concentra numa instituição, cujos integrantes não gozam de independência funcional nem das garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídios, o poder de selecionar quem poderá, ou não, vir a ser definido em juízo como criminoso.

Não é, certamente, o que deseja a sociedade brasileira.

**ELA WIECKO** é subprocuradora-geral da República e ouvidora-geral do Ministério Público Federal

1 1 MAR 2013

## FOLHA DE S. PAULO

# Tucano planeja abafar tensão com promotores

Samuel Moreira deve se eleger presidente da Assembleia Legislativa de SP nesta sexta

Favorito para assumir a presidência da Assembleia Legislativa de São Paulo nesta sexta-feira, o deputado Samuel Moreira (PSDB) disse a aliados que pretende pacificar as relações do Legislativo com o Ministério Público.

Segundo pessoas próximas ao tucano, ele deverá abafar o projeto que prevê a restrição do poder de investigação de promotores sobre prefeitos, deputados e secretários estaduais. A matéria, proposta por Campos Machado (PTB) é hoje um ponto de tensão entre a Promotoria e a Casa.

A eleição de Moreira é dada como certa tanto na Assembleia quando no Palácio dos Bandeirantes, que articulou com os partidos aliados do governador Geraldo Alckmin a escolha do tucano.

Ele chegará ao principal posto do Legislativo estadual com a missão de diluir a influência de três parlamentares que, nos últimos quatro anos, centralizaram o poder de fogo na Casa: o atual presidente Barros Munhoz (PSDB), o presidente nacional do PT, Rui Falcão, e Campos Machado, presidente do PTB.

Juntos, Munhoz, Falcão e Machado comandaram articulações que trouxeram embaraços para Alckmin no começo deste mandato. Foram eles que tentaram impor uma derrota ao governador na indicação de conselheiros para o Tribunal de Contas do Estado (TCE), em março de 2012.

No auge da crise entre o governo e a Assembleia, a bancada do PSDB rachou entre o apoio ao governador e a articulação do "triumvirato". Moreira, então líder do governo, chegou a ter uma discussão ríspida com Munhoz, a quem acusou de patrocinar um "golpe" contra o governador.

Natural de Governador Valadares (MG), Moreira, 50, iniciou sua carreira em Registro, cidade da qual foi prefeito duas vezes. Foi alçado à política na capital por José Serra (PSDB), que, quando prefeito de São Paulo, o nomeou subprefeito de São Miguel Paulista. Como deputado, aproximou-se de Alckmin.

De perfil discreto, Moreira evita alimentar rugas públicas. Ele tem pedido aos colegas sugestões de "medidas moralizadoras" para melhorar a imagem da Assembleia.

## PAINEL

**Panos...** Enquanto aumenta a tensão entre promotores e deputados paulistas no debate da PEC que restringe as investigações envolvendo agentes políticos, o procurador-geral de Justiça, Márcio Elias Rosa, evita entrar em choque com a Assembleia.

**...quentes** A tendência é que o chefe do Ministério Público de São Paulo busque abrir diálogo com o colégio de líderes partidários após a eleição da Mesa Diretora, marcada para sexta. Com o novo comando da Casa, interlocutores de Rosa acreditam na possibilidade de acordo.

09 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

## Provas contra cunhado de ministro do STJ são anuladas

Houve dois votos pela nulidade dos documentos e dois pela legalidade das diligências; empate beneficiou investigados

Os ministros da 6.<sup>a</sup> Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) anularam, na terça-feira, as provas obtidas na operação da Polícia Federal deflagrada em 2010 e que culminou na prisão provisória de Armando Campos, cunhado do então ministro Cesar Asfor Rocha. Os quatro ministros da turma se dividiram: dois votaram pela nulidade das provas e dois negaram ter havido qualquer ilegalidade na busca e apreensão na sede das empresas investigadas e na casa dos sócios. Como estava em julgamento um habeas corpus, o empate beneficiou os investigados.

Votaram pela anulação das provas o desembargador Haroldo Rodrigues, convocado para o STJ pelo então presidente do tribunal, Asfor Rocha, e o ministro Sebastião Alves, que teve o apoio do ex-presidente em seu processo de indicação. A anulação das provas praticamente liquida a investigação. Os documentos comprovariam movimentações bancárias atípicas identificadas pela Receita Federal e pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). O Ministério Público deverá recorrer da decisão.

Alves afirmou que os fatos investigados datam de 2005 a 2007. Portanto, uma operação de busca em 2010 seria extemporânea. Os ministros que votaram pela nulidade das provas disseram ainda que o juiz responsável por autorizar a busca e apreensão não embasou suficientemente sua decisão.

Os ministros Og Fernandes e Alderita Ramos de Oliveira julgaram que havia argumentos suficientes para autorizar a busca e apreensão. Alderita disse que a decisão do juiz demonstrava “à saciedade” a necessidade das investigações. Fernandes afirmou que a busca e apreensão eram necessárias e que o juiz embasou corretamente sua decisão.

**Caixa 2.** O processo, que está em segredo de Justiça, apura indícios de pagamentos fictícios à Federação Cearense de Automobilismo para alimentar o caixa 2 de empresas e financiar um esquema de pagamento de propinas a agentes que comandavam licitações em prefeituras do Ceará.

As investigações mostraram que a Federação Cearense de Automobilismo recebeu mais de R\$ 29 milhões entre 2005 e 2007 para patrocínios a eventos esportivos – valor sete vezes maior do que a Federação de Automobilismo de São Paulo recebeu no mesmo período. O dinheiro, segundo as apurações, voltaria para as contas das empresas doadoras de forma ilícita para sonegar o pagamento de tributos.

09 MAR 2013

# O ESTADO DE S. PAULO MP diz que multa da lei seca é inconstitucional

Parecer considera que não se deve punir o motorista que recusa a fazer o bafômetro com autuação nem suspender sua CNH ou reter o veículo

Um parecer do Ministério Público Federal considera inconstitucional punir o motorista que se recusa a fazer o teste do bafômetro com multa de R\$ 1.915,40, suspensão do direito de dirigir por 12 meses e retenção do veículo. Isso apesar de o MP defender a constitucionalidade da tolerância zero e o uso de outros instrumentos para provar que o motorista ingeriu álcool antes de dirigir, como depoimento de testemunhas ou imagens de vídeo.

Em documento enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF), o MPF argumenta que a Constituição garante ao cidadão o direito de não produzir provas contra si mesmo. Portanto, o motorista não pode ser punido, seja com multa ou outra medida administrativa, por exercer esse direito.

A sanção para o motorista que se recusa a passar pelo bafômetro já estava prevista na lei original. No ano passado, a punição foi agravada pelo Congresso como forma de dar maior eficácia à lei e para levar o motorista a se submeter ao teste. Agora, o MP sugere ao STF que derrube este ponto da lei.

A vice-procuradora-geral da República, Deborah Duprat, afirmou no documento que a Constituição e a jurisprudência do STF impedem sanções ao cidadão que se recusa a produzir prova contra si. “No Direito brasileiro, a vedação à autoincriminação é identificada como princípio constitucional processual implícito”, disse.

**Nas rodovias.** No entanto, o Ministério Público considera constitucional a tolerância zero estabelecida pela nova lei seca, admite a produção de provas por outros instrumentos que não sejam o bafômetro ou o exame de sangue e avaliza o veto à venda de bebidas alcoólicas às margens de rodovias federais.

De acordo com o estudo feito pelo MP, a proibição total de ingestão de bebidas alcoólicas por motoristas é constitucional e a medida mais eficaz para diminuir a quantidade de acidentes e mortes no trânsito.

“(A lei) É adequada, porque apta a atingir o propósito de diminuir os riscos e danos à vida, à integridade física e à segurança dos motoristas e pedestres”, afirmou a vice-procuradora-geral. “É necessária, uma vez que se revela o meio mais eficaz a reduzir, drasticamente, os índices de acidentes de trânsito fatais”, acrescentou. “E é proporcional em sentido estrito, já que o custo que ela gera, de não permitir que se dirija sob influência de álcool, é infinitamente inferior aos benefícios que acarreta à segurança viária.”

**09 MAR 2013**

## **O ESTADO DE S. PAULO**

### **Líder do PTB faz campanha a favor de PEC**

O deputado Campos Machado, líder do PTB na Assembleia de São Paulo, anunciou ontem a deflagração de uma campanha “para reunir um milhão de assinaturas” de apoio à sua Proposta de Emenda à Constituição que transfere exclusivamente para o procurador-geral de Justiça as investigações por improbidade contra prefeitos, secretários de Estado e parlamentares.

Machado disse que a iniciativa é uma resposta ao abaixo-assinado lançado na internet pela Associação Paulista do Ministério Público que pretende alcançar a marca de 10 mil assinaturas contra a PEC. O petebista disse que conta com a “adesão maciça dos prefeitos das pequenas e médias cidades, nas quais a ação de alguns promotores está atravancando as administrações municipais”. Ele diz que terá apoio dos sindicatos e já conversou com o deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), presidente da Força Sindical.

09 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

# Justiça bloqueia bens de Marcus Elias e da Laep, dona da Parmalat e da Daslu

**A Justiça Federal em São Paulo decretou liminarmente o bloqueio dos bens do empresário Marcus Alberto Elias e da empresa Laep, controladora da Parmalat no Brasil e da Daslu. A ordem, do juiz Paulo César Neves Junior, da 5.ª Vara Cível Federal, proíbe qualquer forma de transferência de propriedade ou de direitos sobre o patrimônio, mesmo por sucessão.**

O embargo judicial atende ação cautelar do Ministério Público Federal e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Investigações apontam para fraudes em condutas da Laep e de Marcus Elias que teriam provocado prejuízos a investidores e ao mercado de valores mobiliários.

A CVM descreve a existência de mais de 60 processos administrativos desde 2010 contra a Laep em virtude de reclamações de investidores. A ação cautelar é preparatória de ação civil pública de responsabilidade contra a Laep Investments por supostos danos aos investidores de ações (BDRs, Brazilian Depositary Receipts) da companhia e ao mercado de capitais. A empresa é uma das principais acionistas da LBR (Lácteos Brasil).

A ação foi motivada por indícios de infrações às normas brasileiras e pela iminente operação de fusão da Laep com a Prosperity Overseas, empresa de Bermudas com capital fechado. A operação foi comunicada ao mercado em fato relevante publicado no dia 18 de fevereiro.

A ordem que congela os bens de Elias e da Laep foi dada quarta-feira, um dia antes da data prevista para a fusão. O juiz considerou “o interesse público envolvido (tutela do mercado de capitais), bem como tendo em vista a urgência do caso, a qual é representada pela iminente alteração societária”. Ele cita “a extensão aparente dos danos, que poderiam superar as captações de recursos no Brasil, mais de R\$ 1 bilhão”.

Para o juiz, a deliberação sobre proposta de fusão da Laep poderia implicar sérias dificuldades para se concretizar eventual ressarcimento dos danos causados ao mercado de valores mobiliários brasileiro.

“É uma decisão absolutamente equivocada”, argumenta a advogada Maria Salgado, do Escritório Sérgio Bermudes, que promove a defesa. “A sede (da Prosperity) fica nas Bermudas, logo sujeita às leis daquela localidade. Ainda que houvesse qualquer desvio em relação à Laep, e podemos assegurar que não há desvio algum, o Brasil não tem jurisdição e a CVM não detém competência para o caso.”

A defesa prepara recurso. A advogada é taxativa. “A Laep investe em papel, em empresas em recuperação judicial. O fato de ações terem perdido valor não significa fraude. A tentativa de buscar investidor internacional é para salvaguardar os direitos

dos acionistas. Levou-se à Justiça o falso temor de que haveria algum tipo de fraude. Temos plena confiança de que o Judiciário, assim que ouvir nossa manifestação, vai se posicionar de outra forma. Importante ressaltar que apenas 5% dos acionistas votaram contra a proposta de fusão, feita lá fora, e não no Brasil.”

**SÔNIA RACY**

## Arrecadação

São Paulo entrou no STF por causa dos royalties do petróleo. Mas não pensa em retaliar, como fez Sérgio Cabral.

Dá para entender. Segundo **Andrea Galabi**, dos R\$ 173 bilhões do orçamento previsto para 2013, somente R\$ 150 milhões são originários dos royalties. “Mas na projeção para 2016, receberemos R\$ 4 bilhões. Não dá para abrir mão.”

09 MAR 2013

# O ESTADO DE S. PAULO

# Bruno poderá

# sair da prisão em

# quatro anos

Condenado a 22 anos e 3 meses, goleiro terá direito a regime semiaberto em 2017; promotor vai recorrer para aumentar a pena

O goleiro Bruno Fernandes poderá pedir o regime semiaberto daqui a quatro anos e cinco meses. Após quatro dias de julgamento, a condenação de 22 anos e 3 meses de prisão pela morte e ocultação de cadáver da ex-amante Eliza Samudio e pelo sequestro e cárcere privado do filho, foi anunciada na madrugada de ontem. A outra acusada, a ex-mulher de Bruno, Dayanne Rodrigues do Carmo, foi absolvida, por 4 votos a 3, assim como havia sido solicitado pela Promotoria.

Segundo o criminalista Antonio Carlos Mariz de Oliveira, ele terá direito ao semiaberto em 2017. O cálculo é feito com base na pena específica do homicídio, de 17 anos e seis meses; por ser um delito classificado como hediondo, ele exige que ao menos dois quintos da condenação sejam cumpridos em regime fechado, sete anos portanto. O tempo que Bruno já passou na cadeia, dois anos e sete meses, é descontado desse período, e o prazo pode ser encurtado caso o atleta trabalhe.

Embora tenha decidido recorrer da sentença, por considerá-la baixa, o promotor Henry Wagner Vasconcelos disse que está satisfeito com a condenação do réu. “A Promotoria de Justiça está com sua tarefa cumprida, e buscará no mês de abril, num julgamento que se dará no dia 22, a condenação do executor do assassinato e da ocultação ou destruição do cadáver de Eliza do

réu Marcos Aparecido dos Santos, o Bola, com a mesma precisão e veemência com que atuou no julgamento desta semana e no julgamento da última semana do mês de novembro do ano passado.”

**Apelação.** A defesa do ex-atleta do Flamengo já apresentou uma apelação à juíza e afirmou que também pretende recorrer em instâncias superiores para anular o julgamento realizado em Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

“Então a justiça é isso aí?” Foi assim que Bruno se manifestou ao seu advogado de defesa Lúcio Adolfo. Apesar de ter ficado bastante decepcionado, Adolfo disse que ele agradeceu e elogiou seu trabalho.

A mãe de Eliza, Sônia Moura, também não gostou da sentença. Para ela, 22 anos de prisão é pouco para o que Bruno fez. Ela criticou ainda a absolvição da ex-mulher de Bruno, Dayanne do Carmo, do crime de sequestro e cárcere privado de Bruninho. “Dayanne não é nenhuma santinha, não. Nós já estamos recorrendo das duas decisões”, afirmou Sônia, para quem ainda não foi feita justiça.

A sentença chegou a ser aplaudida por parte das pessoas que estavam no plenário do Tribunal do Júri. A juíza Marixa Fabiane Lopes Rodrigues afirmou que a culpa de Bruno foi “intensa e reprovável” e que o goleiro foi o mandante de uma “trama diabólica”, executada com “detalhes sórdidos e absoluta impiedade”.

Ela classificou Bruno como uma pessoa “fria, violenta e dissimulada”, com “total subversão de valores” e que mostrou “firme disposição para a prática do homicídio”. E salientou que a ocultação do cadáver foi um ato de desprezo e vilipêndio. “A supressão do corpo humano é a verdadeira violência contra a matéria”, declarou.

**Progressão.** Regime semiaberto é uma etapa da progressão penal em que o preso é autorizado a sair da cadeia cinco vezes por ano. Ele também ganha o direito de trabalhar – dentro do presídio ou fora dele, caso não existam vagas suficientes nas oficinas da penitenciária. Com a autorização da saída para trabalho, o regime acaba equivalendo, na prática, ao aberto, modalidade na qual o preso tem apenas a obrigação de dormir na cadeia.

10 MAR 2013

## O ESTADO DE S. PAULO

# Magistratura dividida

**D**escontentes com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, que classificou o sistema penal como “frouxo” e reclamou da “cultura da impunidade” que reinaria entre os operadores jurídicos do País, numa entrevista coletiva a correspondentes estrangeiros, três associações de magistrados distribuíram uma nota conjunta cobrando dele um “comportamento compatível com o cargo”. A nota acusa Barbosa – que também preside o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – de lançar “dúvidas genéricas sobre a lisura e a integridade dos magistrados” e criticar a corporação de “forma preconceituosa, generalista e desrespeitosa”.

Divergências doutrinárias, confrontos políticos e discussões causadas por interesses corporativos entre magistrados já se tornaram corriqueiros na história do Poder Judiciário. Recentemente, por exemplo, o ministro Joaquim Barbosa disse ser contra o direito dos juízes a dois meses de férias. E, na última sessão do CNJ, manifestou-se contrariamente ao patrocínio de eventos da magistratura por empresas privadas. Esta foi, no entanto, a primeira vez em que as críticas das associações de magistrados a um membro do Supremo foram marcadas por um tom inusitadamente agressivo. “A violência simbólica das palavras do ministro acende o avi-

so de alerta contra eventuais tentativas de se diminuir a liberdade e a independência da magistratura brasileira. Violar a independência da magistratura é violar a democracia”, dizem a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), a Associação dos Juízes Federais (Ajufe) e a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

Trata-se, evidentemente, de um exagero. O ministro Joaquim Barbosa não discutiu a liberdade e a independência dos magistrados. Limitou-se a classificar a mentalidade da categoria como “conservadora, burocrática e formalista”. Criticou a morosidade dos tribunais e o número excessivo de recursos previsto por Códigos de Processo Civil e Penal, que considera “anacrônicos”.

O presidente do STF pode ter se excedido, retoricamente, quando defendeu um sistema penal mais eficiente e rigoroso. Em momento algum, no entanto, ameaçou a autonomia e a independência da magistratura, como afirma nota da AMB, Ajufe e Anamatra. O ministro, afinal, apenas repetiu o que há muito se sabe.

Afirmou, por exemplo, que “há juízes que prevaricam e que têm comportamentos estranhos dentro ou fora dos processos”. Há um ano e meio, a então corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, hoje vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça, já havia dito o mesmo, quando reconheceu que a magistratura abri-

ga alguns “bandidos de toga”.

Joaquim Barbosa também classificou como “vergonhosos” os critérios de contagem de prazo para a prescrição de crimes financeiros e crimes de corrupção, lembrando como eles costumam ser usados pelos advogados de defesa, com seus recursos protelatórios, ou manipulados por magistrados lenientes ou mal-intencionados. “Basta que um juiz engavete um processo durante cinco, seis anos. Ele esquece a ação e, quando se lembrar, o caso está prescrito. As regras de prescrição tornam a legislação penal um faz de conta, propiciando um sistema jurídico pró-réu, pró-criminalidade”, afirmou.

Opiniões como essas têm sido emitidas com frequência nos meios políticos, empresariais, acadêmicos e jurídicos – a ponto de terem inspirado os projetos de reforma do Código Penal e dos Códigos de Processo Penal e Civil que estão tramitando no Senado e na Câmara dos Deputados. Elas não constituem novidade. Somente chamam a atenção para conhecidos problemas estruturais do Poder Judiciário – problemas esses que já se constituíram em objeto de inúmeros discursos de outros presidentes do Supremo.

As críticas das associações de juízes ao ministro Joaquim Barbosa são injustas. Ao dirigente máximo do Judiciário cabe defender os interesses maiores da instituição, e não ser porta-voz dos interesses corporativos daqueles que a integram.

1 1 MAR 2013

## O ESTADO DE S. PAULO

**Transparência.** Tribunal de Contas da União, que tem papel fiscalizador, não respondeu a perguntas do 'Estado' formuladas com base na Lei de Acesso à Informação sobre despesas da corte sob a alegação de que divulgação de informações traz 'risco à segurança'

# Ministros do TCU ganham R\$ 53 mil para viagens e 'escondem' os roteiros

O Tribunal de Contas da União (TCU) blindou seus ministros da divulgação de viagens feitas com verba pública. Decisões do plenário impedem o cidadão comum de saber para onde, e com qual justificativa, as autoridades emitiram passagens aéreas bancadas pelo contribuinte. A justificativa é que informar deslocamentos progressos, feitos nos dois últimos anos, pode trazer "risco à segurança" dos integrantes da corte.

A negativa foi dada em processos nos quais o Estado pediu, via Lei de Acesso à Informação, detalhamento das despesas com voos para "representação do cargo", ou seja, para cumprir compromissos supostamente institucionais, como palestras, solenidades, congressos e homenagens.

Por meio de uma resolução editada em 2009, os ministros do TCU asseguraram para si próprios, além de auditores, procuradores e subprocuradores do Ministério Público que atuam na corte, o direito aos bilhetes, concedido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) a magistrados.

Segundo a norma de 2009, os integrantes do plenário teriam direito a gastar R\$ 43,2 mil em voos com essa finalidade. O valor da verba foi atualizado e corrigido pelo IPCA, e, hoje, os ministros podem gastar até R\$ 53 mil com viagens.

Para demais autoridades, o montante, atualizado, pode ser de R\$ 26,9 mil ou R\$ 17,9 mil.

Os dados completos das viagens eram fornecidos pela Secretaria de Comunicação do tribunal até 2011, mas os ministros recusaram. Com a entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação, em maio do ano passado, passaram a negá-los.

**Constrangimento.** Os despachos em resposta ao Estado dos ministros Benjamin Zymler e Raimundo Carreiro não explicam como a integridade física dos ministros pode ser ameaçada com a divulgação de viagens progressas.

Segundo fontes do tribunal, a negativa visa a evitar constrangimento, pois é comum as autoridades usarem a verba para viajar aos Estados de origem, nos fins de semana e feriados.

O TCU só abre agora a data e o valor dos voos, mas omite os destinos e as justificativas. As tabelas enviadas ao Estado mostram que só a ministra Ana Arraes consumiu R\$ 40 mil em 39 viagens em 2012. Aroldo Cedraz usou mais R\$ 30 mil naquele ano e mais R\$ 37 mil em 2011, em 48 deslocamentos. Por que e para onde foram é uma incógnita.

**Hermético.** Na prática, o tribunal tem sido, nesse aspecto, mais hermético que os órgãos que fiscaliza. No Executivo e no Legislativo federais, as mesmas informações estão disponíveis na internet, sem a necessidade de pedido por meio da Lei de Acesso à Informação.

Para Cláudio Weber Abramo, diretor executivo da organização Transparência Brasil, não há justificativa para omitir os dados. "É a posteriori. Como falar em risco meses depois de as viagens terem ocorrido? É uma justificativa cínica", critica.

**CONTINUA**

1 1 MAR 2013

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

Segundo Abramo, a situação é “lamentável, mas esperada” num contexto em que cabe aos ministros julgar os pedidos de acesso às próprias despesas. No TCU, essas solicitações têm tratamento diferenciado, sendo apreciadas pela Presidência, e não pela Ouvidoria, com servidores de carreira. Há a possibilidade de apenas um recurso ao colegiado de ministros – no Executivo, são quatro. “Se eles podem decidir em causa própria, vão fazê-lo”, comenta Abramo.

Conforme o TCU, uma decisão sobre a divulgação das viagens será tomada no futuro, quando o tribunal classificar as informações que, em seu entendimento, podem “se revestir de sigilo”. Medida idêntica foi adotada na gestão de Carlos Ayres Britto na presidência do Supremo Tribunal Federal, que protelou por meses o atendimento aos pedidos, mas foi revogada.

As normas do TCU que tratam da Lei de Acesso à Informação, porém, não dão espaço para esse tipo de manobra.

**Recurso.** Na análise de recurso apresentado pelo **Estado**, a consultoria jurídica do TCU entendeu que a presidência do tribunal descumpriu a Lei de Acesso, pois não obedeceu aos prazos e tampouco apresentou os motivos da recusa. “A lei não prevê tal hipótese de dilação indeterminada de prazo na análise dos pedidos. (...) A análise em questão deveria ter sido realizada em sua completude”, diz o relatório.

O relator, Benjamin Zymler, votou para que o caso fosse reanalisado, mas foi vencido pelo ministro Carreiro, que apresentou voto contrário, seguido pela maioria. No plenário, só André Luís de Carvalho votou com Benjamin Zymler.

A abertura de outras despesas tem sido negada pelo tribunal, a exemplo dos reembolsos de despesas médicas. As agendas dos ministros não são divulgadas na internet, o que favorece a discreta atuação de lobistas nos gabinetes. Mesmo que não tenham tarja de sigilosos, os processos não podem ser consultados, exceto pelas partes. Só após o julgamento, os relatórios técnicos são apresentados ao público.

Para Cláudio Weber Abramo, a pressão da opinião pública é que poderia mudar a situação e favorecer a abertura dos dados: “(Os ministros) só reagem com a faca no pescoço”.

**Limite.** O Tribunal de Contas da União informou, em nota, que trabalha para, “o mais breve possível”, classificar as suas informações e, assim, divulgá-las “nos limites da lei”.

A corte não respondeu a nenhum dos oito questionamentos do **Estado**, enviados na quinta-feira. “Com o advento da Lei de Acesso, ao mesmo tempo em que se passou a permitir a qualquer cidadão pleitear informações aos órgãos públicos, também exigiu-se que determinados dados fossem resguardados”, justificou o tribunal.

1 1 MAR 2013

# O ESTADO DE S. PAULO

## Ao vivo, júri do caso Mércia começa hoje

Acusado de assassinar a ex-namorada, o advogado Mizael alega inocência e terá o julgamento exibido pela TV, rádio e internet. **O advogado e ex-policial militar Mizael Bispo de Souza, de 43 anos, começa a ser julgado hoje em Guarulhos, Grande São Paulo, pela morte da sua ex-namorada, Mércia Mikie Nakashima. Será a primeira vez no País que um júri será transmitido ao vivo por emissoras de rádio, TV e internet.**

Ao longo dos próximos dias, acusação e defesa tentarão convencer os sete jurados de que o réu é culpado ou inocente. Enquanto a promotoria o considera “frio” e “psicopata”, a defesa o classifica como “um príncipe, pois tem hábitos muito nobres”.

Mércia e Mizael foram sócios em um escritório de advocacia e namoraram por quatro anos até setembro de 2009. A advogada foi vista pela última vez na tarde de 23 de maio na casa da avó, durante um almoço de família.

Em 10 de junho, o carro de Mércia, um Honda Fit, foi encontrado na Represa Atibainha, em Nazaré Paulista. No dia seguinte, o corpo foi localizado. Isso foi possível graças ao empenho da família de Mércia, que ajudou nas investigações, e à contribuição de um pescador, que viu o corpo.

O promotor Rodrigo Merli Antunes diz que o conjunto de provas colhido ao longo do processo lhe dá convicção de que Mizael cometeu o crime. Para o advogado Samir Haddad Júnior, porém, as provas são frágeis e Mizael é “incapaz de matar alguém”.

Um celular que o réu negou ter no início das investigações é um dos principais trunfos da acusação. O ex-policial usou este número para falar 19 vezes com o vigia Evandro Bezerra da Silva, de 42 anos, apontado como cúmplice, no dia do crime.

A análise da localização das chamadas mostra que, naquele dia, Mizael esteve perto da casa da ex-namorada, no bairro Macedo; da residência da avó dela, no Bela Vista; do Hospital Geral de Guarulhos, onde teria encontrado Mércia, e de Nazaré Paulista.

A perícia do sapato que o ex-policial alega ter usado naquela noite encontrou vestígios de pólvora, sangue, massa óssea e alga. Os peritos concluíram que a alga também pode ser encontrada a uma profundidade de 20 centímetros da represa Atibainha. A profundidade seria alcançada por alguém que teve que entrar na água para empurrar um carro, segundo a promotoria.

Por fim, o relatório do GPS do veículo de Mizael teria mostrado que ele ficou estacionado no Hospital Geral de Guarulhos entre 18h37 e 22h12. A defesa alega que o aparelho era defeituoso e que Mizael estava em casa, no bairro Bonsucesso, às 21h21, quando recebeu um telefonema de sua filha. O promotor diz que esse telefonema foi atendido quando o réu voltava de Nazaré.

Antunes tentará usar as provas para refazer os últimos passos do casal. Na opinião dele, Mércia e Mizael se encontraram no hospital às 19h e seguiram, no carro dela, para a represa. Ao chegar no local, às 20h, Mizael atirou em Mércia, acertando seu maxilar. Depois, saiu do veículo e o empurrou para a água. Entre

20h e 20h30, Evandro o buscou e o levou de volta para o hospital. Já Haddad Júnior tentará provar que a polícia não explorou todas as possibilidades na investigação e colocou, desde o início, a culpa sobre seu cliente.

### Maior parte das testemunhas é perita ou policial

● Sete das 11 testemunhas que devem participar do júri são peritos ou policiais. O botânico Carlos Eduardo Bicudo, por exemplo, foi chamado pela promotoria para falar sobre a alga encontrada no sapato de Mizael – e que é comum na represa onde o corpo da vítima foi encontrado.

Completam a lista o delegado Antônio de Olim, responsável pelas investigações, o engenheiro de telecomunicações Eduardo Amato, o irmão da vítima, Márcio Nakashima, e um advogado que acompanhou os depoimentos. O perito Hélio Ramacciotti, que cronometrou o trajeto entre a represa e o Hospital Geral de Guarulhos, é testemunha do júri. A defesa chamou o investigador Alexandre Simoni, responsável pela análise dos celulares dos acusados e da vítima, o perito Renato Patolli, que assinou o laudo, e mais três pessoas: um físico especializado em áudio e vídeo, um ex-perito do IC e uma amiga de Mizael.

1 1 MAR 2013

## O ESTADO DE S. PAULO

JOSÉ ROBERTO DE TOLEDO

**'Queridos' e 'palhaços'**. Antes “querido” do que “palhaço”. Quando mandou um repórter “chafurdar” no lixo e o chamou de “palhaço”, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, demonstrou o seu equilíbrio.

Ao não pedir desculpas de viva voz e usar o texto de um subalterno para tentar se redimir, o ministro provou o seu caráter.

### PARAISÓPOLIS

## Defensoria Pública quer que governo apure denúncias de abuso de policiais

A Defensoria Pública quer que o governo do Estado tome providências em relação às denúncias de abuso policial na Favela de Paraisópolis, zona sul de São Paulo. O caso mais grave, segundo a Defensoria, é o de uma jovem de 17 anos que ficou cega após ser atingida no olho esquerdo por um disparo de tiro de borracha dado por policiais militares na noite de 12 de janeiro.

**40**  
DEPOIMENTOS  
SOBRE OS ABUSOS  
FORAM ENVIADOS  
À SECRETARIA

Na semana passada, depoimentos sobre abusos da Polícia

Militar na comunidade foram apresentados à Secretaria da Segurança Pública. Segundo os moradores, desde novembro, integrantes da PM entram nas ruas do bairro para estabelecer a lei do silêncio a comerciantes e jovens.

As acusações estão sendo apuradas pela Corregedoria da PM e pela Delegacia Geral.

11 MAR 2013

## O ESTADO DE S. PAULO

# A Justiça de Cristina

**N**o hiperpresidencialismo de Cristina Kirchner, Justiça democrática é a que lhe diz amém. Assim é que, não obstante o governo argentino já dispor de influência decisiva no Conselho da Magistratura, órgão que supervisiona o Judiciário do país e tem a prerrogativa de destituir juízes, a presidente agora quer garantir que seus magistrados de estimação não sejam importunados. Para isso, começou a defender o que chamou de “democratização da Justiça”, um eufemismo nada sutil para designar o desmonte de um importante órgão de fiscalização, deixando impunes os abusos cometidos por juízes comprometidos com o governo.

Seguindo o figurino de democracia plebiscitária tão ao gosto do chavismo, no qual o voto popular é transformado em chancela das decisões arbitrárias do governo, Cristina abriu o ano legislativo num discurso de três horas e meia defendendo que os integrantes do Conselho da Magistratura passassem a ser escolhidos diretamente pelos eleitores. Atualmente, o organismo é composto por três juízes, dois advogados, um acadêmico, seis parlamentares apontados pelo Congresso e um representante do governo. Os magistrados, o acadêmico e os advogados são escolhidos em votação interna. “Nem juízes nem advogados têm coroa para serem eleitos entre si!”, escreveu Cristina no Twitter, com sua co-

nhecida verve autoritária. O menosprezo pelas instituições republicanas é assumido sem cerimônia, como se as urnas bastassem para regular as relações entre os Poderes e destes com a sociedade. No caso da proposta de “democratizar a Justiça”, há ainda a agravante de que o atual sistema de escolha dos integrantes do Conselho da Magistratura está inscrito na Constituição, mas a oposição acredita que a presidente encontrará um jeito de distorcer a letra da lei para atender às suas necessidades – e embutir uma reforma que lhe permita, ademais, concorrer a um novo mandato.

A confusão entre soberania popular e funcionamento do Estado não é involuntária. Ao contrário: Cristina não se esforça para fazer segredo de que quer subordinar o Judiciário ao Executivo, sob o argumento de que só quem foi eleito – isto é, ela mesma – tem legitimidade. Não é por outra razão que a presidente argentina agora fala em constituir uma “Justiça legítima”, pois a que está aí não lhe serve.

Não são poucos os exemplos de intervenção do kirchnerismo no Judiciário. Um caso representativo ocorreu em 2009, quando o juiz Norberto Oyarbide, em decisão sumária, inocentou os Kirchners da acusação de enriquecimento ilícito, apesar do escandaloso crescimento do patrimônio do casal. Processado no Conselho da Magistratura sob acusação de favorecer o casal presidencial, Oyarbide acabou absolvido graças à

mobilização da maioria governista no órgão. Outro magistrado que atuou abertamente em favor dos Kirchners e envolveu-se em seguidos escândalos de corrupção, Federico Faggionato Márquez, só foi destituído em 2010 pelo Conselho da Magistratura porque o bloco kirchnerista estava ausente.

A hegemonia de Cristina no conselho, no entanto, não lhe parece suficiente. Tampouco lhe parece suficiente que ela e o falecido marido, Néstor, tenham nomeado a maioria dos atuais juízes da Suprema Corte e influenciado a nomeação da maioria dos magistrados do país nos últimos dez anos. Ela se queixa de que o Judiciário tem sido permeável às “grandes corporações” que, segundo diz, estão interessadas em desestabilizar seu governo. Ademais, e esta é uma questão central aqui, os governistas consideram que a Suprema Corte não é independente porque impõe obstáculos à plena execução do projeto que visa a limitar a propriedade de meios de comunicação, numa referência à disputa do governo contra o Grupo Clarín.

Em nome de sua guerra contra a imprensa que não lhe é subserviente e sempre tendo em perspectiva sua ânsia de permanecer no poder por mais tempo do que a Constituição permite, Cristina tudo fará para intimidar o Judiciário. É assim que o kirchnerismo vê a Justiça na Argentina: ela só será considerada “independente” caso se ajoelhe diante de Cristina.

1 1 MAR 2013

## JORNAL DO ESTADO

### A CONDUTA E O DIREITO PENAL

#### A passagem pela porta detectora e a revista pessoal!

Jônatas Pirkiel

Na quinta-feira passada, por ocasião da sessão da Primeira Câmara Criminal, do nosso Tribunal de Justiça, mais uma vez, a questão da obrigatoriedade do advogado passar pela porta detectora de metais, foi motivo para o exercício necessário do discernimento de desembargadores, advogados e policiais militares envolvidos no evento, que só não tomou proporções maiores dada a forma educada e inteligente com que o presidente daquela Câmara, Desembargador Telmo Cheren, com o apoio dos demais desembargadores resolveu o caso...

Está situação a meu ver, que tão somente representa, antes mesmo da segurança que possa oferecer aos ambientes de trabalho, o medo que as pessoas vão tendo uma das outras. A ponto do próprio Superior Tribunal de Justiça, em caso semelhante em relação aos colegas advogados do Estado de São Paulo, entender que não só a obrigação do advogado passar pela porta detectora, mas a própria revista pessoal no advogado, quando ocorrer sinal de pre-

sença de metal (até se o advogado tiver prótese na perna) são legais. Eu particularmente acho isto uma aberração, mas infelizmente até o presente momento o fato não foi submetido ao Supremo Tribunal, como ofensa à liberdade e ao exercício da advocacia.

Tomo a liberdade de transcrever o entendimento do STJ sobre o assunto, no HC em que foi relator o Ministro Gilmar Mendes, ainda no ano de 2004:

“...A 2ª. Turma indeferiu habeas corpus impetrado contra acórdão do STJ que denegara igual medida, em que se pretendia a dispensa de revista pessoal do paciente, advogado, para ingresso nos fóruns do Estado de São Paulo. Insistia o impetrante, com base no art. 5º, caput, II, III, XIV, XV, XXXV, XLI, LIV, LVII, LXXVIII, da CF, na tese de que: a) o Provimento 81 I / 2003, do tribunal de justiça daquele Estado, que determinara a instalação de detector de metal na entrada do tribunal, seria inconstitucional; b) a submissão pública de revista pessoal de advogado e de seus pertences seria humilhante, inconstitucional e ilegal, por estar comprometendo a

prerrogativa do sigilo da classe, protegida pelo art. 7º, II, da Lei 8.906/94 (Estatuto da OAB); c) a referida norma seria discriminatória, tendo em conta a dispensa da revista dos magistrados e membros do Ministério Público. Entendeu-se que não havia constrangimento a ser sanado, uma vez que a prerrogativa que os advogados têm de ingressarem livremente nas repartições judiciais não seria absoluta, a ponto de dispensá-los dos procedimentos voltados à manutenção da segurança nessas repartições. Considerou-se, também, que o mencionado Provimento é legal e constitucional, visto que não revela conteúdo discriminatório, pois se dirige a todas as pessoas, de forma indistinta. Ressaltou-se, por fim, que o ato impugnado está substanciado na proporcionalidade do exercício do poder de polícia como medida de segurança do referido tribunal.

**HC 84270/SP, rel. Min. Gilmar Mendes, 24.8.2004. (HC-84270) – 2ª. TURMA – STJ...**

\* O autor é advogado criminalista  
(jônataspirkiel@terra.com.br)

11 MAR 2013

## JORNAL DO ESTADO

### Compete à Justiça estadual julgar causas sobre IR de servidores estaduais

O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu, por meio do Plenário Virtual, a existência de repercussão geral no tema tratado no Recurso Extraordinário (RE) 684169, que trata da competência para julgamento de causas que envolvem a discussão sobre retenção e restituição de imposto de renda, incidente sobre os rendimentos pagos a servidores públicos estaduais. No mérito, foi reafirmada a jurisprudência da Corte no sentido de que não há interesse da União na hipótese, sendo, portanto, competência da Justiça estadual o julgamento de tais casos.

O relator do recurso, ministro Luiz Fux, lembrou que a jurisprudência do STF, manifestada nas duas Turmas da Corte, é de que, neste caso, não há interesse da União, prevalecendo a competência da Justiça comum em razão da natureza indenizatória da verba. “Confirmando a jurisprudência da Corte, define-se a competência, em razão da matéria, da Justiça estadual para julgar as controvérsias idênticas, porque ausente o interesse da União”, apontou.

De acordo com o ministro Fux, o RE 684169 foi interposto contra decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), que extinguiu o processo originário sem julgamento de mérito, porque entendeu ser da competência da Justiça estadual o julgamento das causas que envolvem a discussão sobre o Imposto de Renda, quando o valor arrecadado é repassado ao estado.

Segundo os autos do processo, os recorrentes, ex-funcionários da Caixa Econômica Estadual, autarquia já extinta do Rio Grande do Sul, contribuíram, mensalmente, com a entidade fechada de previdência privada da instituição, mediante descontos efetuados diretamente em folha de pagamento. Recorreram à Justiça para pedir a devolução dos valores “indevidamente retidos”, alegando que não incide IR sobre os valores resgatados, em razão do caráter indenizatório da reposição do patrimônio dos ex-servidores.

Conforme o ministro Fux, no RE 684169 os autores sustentam que os estados não têm o poder de instituir e fiscalizar o pagamento do tributo e, por isso, a competência de julgar processos sobre a questão não pode ser da Justiça estadual, mas sim da federal. No entanto, o relator do recurso lembra que o artigo 157 da Constituição estabelece que pertence “aos estados e ao Distrito Federal o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem”.

# 11 MAR 2013

## JORNAL DO ESTADO

### Clóvis Beviláqua

**\*Roberto Victor  
Pereira Ribeiro**

Nascido em Viçosa, Estado do Ceará, no dia 04 de outubro de 1859, o inolvidável Clóvis Beviláqua foi um dos maiores ícones deste país tupiniquim. Clóvis foi jurista, magistrado, jornalista, professor, historiador, filósofo, crítico e escritor polígrafo. Reconhecidamente um homem notável para os seus dias, sua fama rendeu-lhe bons frutos até em plagas exteriores.

Viveu parte da infância na terra de seus pais, onde aprendeu as primeiras letras. Em seguida, Clóvis empreendeu viagem para terminar seus estudos ginasiais em Sobral, e depois em Fortaleza, onde estudou no ilustre sodalício Liceu do Ceará.

Nesta época, o inclito mancebo, iniciava a sua vida literária fundando, juntamente com o poeta Paula Ney e com Silva Jardim, o jornal "Laborum Literarium".

Clóvis ainda laborou na redação dos seguintes jornais: "Vigílias Literárias", jornal "Ideia Nova", jornal "República", e nos folhetos "Escapelo" e "Estenógrafo".

Formou-se em Direito, pela Faculdade de Recife, onde recolheu fortes estudos sobre Kant, Hegel e Ihering. Na sua formatura, em 1882, foi escolhido por aclamação o Orador oficial da turma.

Estando com 23 anos de idade, e formado, Clóvis retornou ao Ceará onde residiu por pouco tempo, saindo para iniciar sua vida

profissional como Promotor de Justiça da Comarca de Alcântara, Estado do Maranhão, em 1883.

Dois anos depois, Clóvis, retorna a Recife, juntamente com sua esposa e seu sogro. Em Recife, Clóvis foi nomeado bibliotecário da Faculdade, ocupando esse cargo por cinco anos. Ainda neste período, Clóvis desabrocha para as letras jurídicas, estreando seus dois livros: "A Filosofia Positiva no Brasil" em 1884 e "Estudos de Direito e Economia Política", em 1886.

Em 1889, Beviláqua foi aprovado em primeiro lugar no concurso público para professor de Filosofia da Faculdade de Direito de Recife. Sua aprovação veio com louvor após a apresentação de seu trabalho "O Conceito Antigo e Moderno da Metafísica".

Neste ínterim, o jovem mestre assumiria a cadeira de Filosofia. Mas, após alguns meses, sua situação se tornou desconfortável, devido a várias denúncias de que ele era republicano e atentava contra a figura de Dom Pedro II. Essas notícias chegaram à corte imperial no Rio de Janeiro, mas não criaram força. Mesmo assim o Imperador Pedro II tomou ciência do fato, e depois de demorada análise do perfil de Beviláqua, ordenou que este continuasse seu mister na Faculdade de Filosofia.

Como mestre, Clóvis produziu uma série de obras e artigos jurídicos que tomaram corpo e se tornaram conhecidos em todo

o país. Suas obras mais destacadas foram: "Épocas e individualidades" e "Teoria Geral do Direito Civil".

Entusiasmado com a República que surgia há pouco tempo, Clóvis dedicou-se a elaborar a Constituição do Estado do Ceará, em 1892, sendo a primeira do Estado.

Foi fundador da Academia Cearense de Letras, em 1894, e também da Academia Brasileira de Letras, em 1897, tendo como patrono de sua cadeira, o ilustre Franklin Távora.

Em março de 1900 termina sua grande obra a pedido do Ministro da Justiça Epitácio Pessoa, do Governo de Campos Sales. Trata-se do Código Civil Brasileiro.

Enfrentou grande crítica de seu adversário na época, o outro grande jurista Rui Barbosa, que não aceitava ter perdido a primazia de elaborar o Código Civil.

Porém, em 1916, ocasião em que foi sancionado o Código Civil Brasileiro, o próprio "Águia de Haia", chamou seu antigo adversário de "o maior de nossos juristas vivos".

No sombrio dia 26 de julho de 1944, no Estado do Rio de Janeiro, o mundo perdeu o talento do homem Clóvis Beviláqua.

\* O autor é advogado do Ribeiro Advocacia & Advogados Associados e escritor da Academia Brasileira de Direito

11 MAR 2013

# JORNAL DO ESTADO

## PAINEL JURÍDICO

### Palestra

No dia 14 de março, às 09h, o Marins Bertoldi Advogados Associados, de Curitiba, promove palestra com o tema: *Alíquota única de 4% de ICMS nas operações interestaduais com produtos importados: aspectos jurídicos*, visando esclarecer o empresariado acerca da nova sistemática adotada para os produtos importados posteriormente revendidos a outros estados da federação. Informações pelo telefone (41) 3021 2101.

### Livro

O jurista paranaense Alaor Leite lança no dia 14 de março, no Museu Oscar Niemeyer, o livro "Dúvida e erro sobre a proibição no Direito Penal – A atuação nos limites entre o permitido e o proibido", publicado pela Editora Atlas. A obra é fruto da dissertação de mestrado de Leite, concluída na Universidade Ludwig-Maximilian, de Munique, Alemanha, sob a orientação do professor Claus Roxin

### Magistratura

O UNICURITIBA aderiu ao projeto da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM) e passará a ofertar, no segundo semestre de 2013, no Curso de Direito, a disciplina Poder Judiciário - Magistratura: vocação e desafio. A informação é do professor José Mario Tafuri, coordenador do curso de Direito do UNICURITIBA. O conteúdo será ministrado em um curso de extensão com carga horária de aproximadamente 50 horas.

### Dois pais

O TJ do Paraná aceitou pedido de adoção de um pai socioafetivo e, ao mesmo tempo, manteve o nome do pai biológico no registro civil do adotado. Agora, o adolescente terá o nome de dois pais no registro de nascimento, além do nome da mãe.

### Anotação

O empregador não pode anotar na carteira de trabalho de seu empregado informações sobre licenças médicas, pois isso expõe a intimidade do funcionário e pode prejudicá-lo na obtenção de um novo emprego. O entendimento é da 7ª Turma do TST.

### Precatórios

Uma transportadora de Cambé foi a segunda empresa do Paraná, e do Brasil, a conseguir deferimento do pagamento de 75% da dívida de ICMS com precatórios, em apenas dois meses. O prazo para o cumprimento da determinação legal havia sido estabelecido em cinco anos. O pedido de pagamento foi feito pelo escritório Premebiada Advogados Associados, conforme legislação estadual.

### Furto

Um banco deve indenizar por danos morais e materiais uma cliente que teve cheques furtados durante envio de talão pelos Correios. A decisão é da 5ª Turma do TRF da 1ª Região.

### DIREITO SUMULAR

**Súmula n. 474 do STJ**  
– A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.

### Júri-

O advogado e ex-policia militar Mizael Bispo de Souza, de 43 anos, começa a ser julgado na hoje em Guarulhos, Grande São Paulo, pela morte da sua ex-namorada, Mércia Mikie Nakashima. Será a primeira vez no País que um júri será transmitido ao vivo por emissoras de rádio, TV e internet. Ao longo dos próximos dias, acusação e defesa tentarão convencer os sete jurados de que o réu é culpado ou inocente. Enquanto a promotoria o considera "frio" e "psicopata", a defesa o classifica como "um príncipe, pois tem hábitos muito nobres".

### No cargo

Cassado sob a acusação de abuso do poder político e econômico, o prefeito de Fazenda Rio Grande, Chico Santos (PSDB), conseguiu liminar, no final da tarde da última sexta-feira, em despacho do desembargador Rogério Coelho, do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/PR), para permanecer no cargo enquanto se defende no processo. A ação foi protocolada contra ele pelo ex-candidato a prefeito Alisson Wandscheer, filho do deputado estadual do PT e ex-prefeito, Toninho Wandscheer.

1 1 MAR 2013

## JORNAL DO ESTADO

# DENÚNCIA, DILIGÊNCIAS OU ARQUIVO

Ministério Público  
do Paraná deve se  
manifestar hoje sobre  
o inquérito da UTI do  
Hospital Evangélico  
**EVANGÉLICO**

**Destino do inquérito  
deve sair ainda hoje**

É esperado para hoje um parecer do Ministério Público do Paraná (MP-PR) com relação ao inquérito da investigação do Núcleo de Repressão a Crimes Contra a Saúde (Nucrisa) em uma das unidades de terapia intensiva do Hospital Evangélico. O MP pode oferecer denúncia contra os suspeitos investigados, pedir novas diligências ou arquivar o caso.

No final da semana passada a UTI investigada, e que estava fechada há 13 dias, foi reaberta, com nova equipe. A nova equipe da UTI será coordenada pelos médicos Hipólito Carraro Júnior e Marcelo Oliveira Santos; terá 10 leitos e conta com 15 médicos, 41 profissionais de enfermagem e mais quatro profissionais de apoio (serviços gerais). Além disso, elas deixam de se chamar UTIs Geral e Cirúrgica e passam a ser chamadas de UTI's 1, 2 e 3. No total serão disponibilizados 30 leitos.

Também na semana passada a médica Virgínia Soares de Souza foi transferida para uma cela especial a pedido de seu advogado, Elias Mattar Assad. Ela estava em uma cela comum da Penitenciária Feminina.

METRO 1 1 MAR 2013

# Ministros recebem convites para trocar toga por palanque

**Eleições 2014.** Em busca de candidatos, partidos distribuem fichas de filiação. Quatro magistrados foram assediados, mas até agora nenhum aceitou

Os tribunais têm sido campo fértil da busca dos partidos por nomes para a disputa das eleições em 2014. Faltando sete meses para o fim do registro de candidatos, em 3 de outubro, quatro nomes da magistratura surgem como os mais assediados.

As legendas se asseguram menos no notável saber jurídico e mais na reputação ilibada, pré-requisitos para o cargo jurídico. Prestigiado como relator do mensalão, o ministro Joaquim Barbosa encabeça a lista e é apontado como candidato à presidência da República.

O estilo linha-dura da ex-corregedora nacional de Justiça Eliana Calmon despertou interesse no PSB. Com desejo similar, o PPS ofereceu vaga à magistrada para a disputa do governo da Bahia. Aos 68 anos, Eliana Calmon se mostra seduzida, mas afirma que a prioridade é desfrutar dos últimos anos da magistratura.

O ex-presidente do STF Carlos Ayres Britto desejava dedicar-se à paixão pela poesia. Repousa sobre sua mesa, porém, um convite. É o nome dos sonhos do PSB para disputar vaga no Senado pelo Distrito Federal. Recluso, o ex-ministro pretende entregar a decisão ao tempo.

O ministro Gilmar Mendes foi convidado a se filiar ao DEM. É considerado o candidato ideal para a disputa do governo de Mato Grosso. O ministro nega ter sido procurado e guarda em segredo a possibilidade de dizer sim.



Joaquim Barbosa tem convite do PSOL | FELLIPE SAMPAIO/STF



Eliana Calmon foi chamada para disputar o governo da Bahia |



Avres Britto poderá tentar retorno à política | NELSON JR/STF



Gilmar Mendes pode se filiar ao DEM | NELSON JR/STF

1 1 MAR 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Governo dará apoio a mulheres violentadas

Mulheres vítimas de violência terão acesso a serviços de assistência jurídica

**M**ulheres vítimas de violência por parte dos companheiros e acusadas de sequestro internacional de crianças por tirar os próprios filhos de um país estrangeiro; migrantes nas fronteiras secas; estrangeiras presas; e vítimas de tráfico internacional terão acesso a serviços de assistência jurídica no Brasil.

O anúncio foi feito hoje pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, em parceria com o Ministério da Justiça e a Defensoria Pública da União, por meio da assinatura de um termo de cooperação técnica que disponibiliza acesso à Justiça gratuito e integral.

Para a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, o acordo representa uma das parcerias que faltavam no enfrentamento à violência contra as mulheres. "Qualquer mulher presa por qualquer tipificação de crime merece um tratamento digno e respeitoso e merece um advogado competente e de qualidade", disse.

Com vigência de 24 meses, o acordo prevê que essas mulheres sejam orientadas, por meio da Ouvidoria da Mulher e da Central de Atendimento à Mulher, a entrar em contato com a Defensoria Pública da União sempre que não tiverem condições de contratar serviços jurídicos particulares.

Segundo a pasta, está prevista ainda a capacitação de profissionais sobre as especificidades de atendimento a essas mulheres. "O acordo só tem sentido quando aponta possibilidades reais e concretas de trabalho. Já temos o passo a passo, os fluxos e o protocolo", destacou a ministra.

O defensor público-geral federal, Haman Tabosa de Moraes, garantiu que o órgão se compromete a defender essas mulheres, em cumprimento a uma missão que é constitucional. "É um ato simbólico em um dia tão simbólico. Esse termo de cooperação técnica leva a cara do acesso à Justiça", destacou.

De acordo com o diretor do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) do Ministério da Justiça, Augusto Eduardo de Souza, o Brasil conta com cerca de 545 mil pessoas encarceradas, sendo 36 mil delas mulheres. Nos últimos 12 anos, houve um crescimento de 256% da população carcerária feminina. Já o déficit carcerário feminino no país chega a 14 mil vagas.

11 MAR 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Governo dará apoio a mulheres violentadas

Mulheres vítimas de violência terão acesso a serviços de assistência jurídica

**M**ulheres vítimas de violência por parte dos companheiros e acusadas de sequestro internacional de crianças por tirar os próprios filhos de um país estrangeiro; migrantes nas fronteiras secas; estrangeiras presas; e vítimas de tráfico internacional terão acesso a serviços de assistência jurídica no Brasil.

O anúncio foi feito hoje pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, em parceria com o Ministério da Justiça e a Defensoria Pública da União, por meio da assinatura de um termo de cooperação técnica que disponibiliza acesso à Justiça gratuito e integral.

Para a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, o acordo representa uma das parcerias que faltavam no enfrentamento à violência contra as mulheres. "Qualquer mulher presa por qualquer tipificação de crime merece um tratamento digno e respeitoso e merece um advogado competente e de qualidade", disse.

Com vigência de 24 meses, o acordo prevê que essas mulheres sejam orientadas, por meio da Ouvidoria da Mulher e da Central de Atendimento à Mulher, a entrar em contato com a Defensoria Pública da União sempre que não tiverem condições de contratar serviços jurídicos particulares.

Segundo a pasta, está prevista ainda a capacitação de profissionais sobre as especificidades de atendimento a essas mulheres. "O acordo só tem sentido quando aponta possibilidades reais e concretas de trabalho. Já temos o passo a passo, os fluxos e o protocolo", destacou a ministra.

O defensor público-geral federal, Haman Tabosa de Moraes, garantiu que o órgão se compromete a defender essas mulheres, em cumprimento a uma missão que é constitucional. "É um ato simbólico em um dia tão simbólico. Esse termo de cooperação técnica leva a cara do acesso à Justiça", destacou.

De acordo com o diretor do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) do Ministério da Justiça, Augusto Eduardo de Souza, o Brasil conta com cerca de 545 mil pessoas encarceradas, sendo 36 mil delas mulheres. Nos últimos 12 anos, houve um crescimento de 256% da população carcerária feminina. Já o déficit carcerário feminino no país chega a 14 mil vagas.

1 1 MAR 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

# MP se pronuncia sobre médica do Evangélico

## Virgínia Souza e outros cinco são acusados de apressar mortes na UTI

Reprodução

O Ministério Público do Paraná deve se pronunciar hoje sobre a denúncia contra a médica Virgínia Souza e outros cinco profissionais de saúde, sobre a acusação de terem facilitado a morte de pacientes da UTI do Hospital Evangélico. O parecer será dado sobre o inquérito policial, entregue na semana passada, que pede o indiciamento por homicídio qualificado. Parte das investigações é baseada em escutas telefônicas, autorizadas pela Justiça.

Virgínia Soares de Souza está presa desde o dia 19 de fevereiro e ontem ela falou pela primeira vez



A médica acusada falou ontem pela primeira vez, desde a sua prisão

em entrevista concedida para o Fantástico. Ela não quis ser filmada. A gravação foi autorizada pelo juiz da Vara da Corregedoria dos Presídios, Moacir Antônio Dala Costa.

“Nunca fui negligente,

nunca fui imprudente, nunca tive uma infração ética registrada, uma queixa e exerci a medicina de forma consciente e correta”, relata Virgínia na entrevista.

A médica afirma ainda que erros podem ter aconte-

tecido, mas jamais de maneira intencional. “Eu não sou Deus, não sou perfeita. Nada mais fiz do que exercer com a maior dignidade possível e com respeito aos pacientes a medicina intensiva”, afirmou.

09 MAR 2013

## TRIBUNA DO PARANÁ

### MP tenta mudar lei seca

Parecer do Ministério Público considera inconstitucional punir o motorista que se recusa a fazer o teste do bafômetro com aplicação de multa de R\$ 1.915,40, suspensão do direito de dirigir por 12 meses e retenção do veículo. Mas o MP defende a constitucionalidade da tolerância zero estabelecida pela lei seca aprovada no ano passado e o uso de outros instrumentos para provar que o motorista ingeriu bebida alcoólica antes de dirigir, como depoimento de testemunhas ou imagens de vídeo.

No documento enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF), o MP argumenta que a Constituição garante ao cidadão o direito de não produzir provas contra si mesmo. Portanto, o motorista não pode ser punido, seja com multa ou outra medida administrativa, por exercer esse direito.

A sanção para o motorista que se recusa a se submeter ao teste do bafômetro já estava prevista na lei original. No ano passado, a punição foi agravada pelo Congresso como forma de dar maior eficácia à lei e para levar o motorista a se submeter ao teste do bafômetro. Agora, o MP sugere ao Supremo Tribunal Federal que derrube este ponto da lei.

### Anulação

Os ministros da 6.ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) anularam as provas obtidas na operação da Polícia Federal deflagrada em 2010 e que culminou na prisão provisória de Armando Campos, cunhado do então ministro do STJ, Cesar Asfor Rocha.

09 MAR 2013

## TRIBUNA DO PARANÁ

### Protesto contra violência

Carolina Gabardo Belo

Nem flores, nem bombons. Para marcar o seu dia, as mulheres que foram ontem à Rua XV de Novembro clamavam pelo combate à violência. Em passeata que saiu da Boca Mal-dita e seguiu em direção à Praça Garibaldi, no Largo da Ordem, elas fizeram barulho para dar atenção ao problema que leva cerca de 30 denunciante à Delegacia da Mulher diariamente, de acordo com a Polícia Civil.

O ato reuniu mais de 40 organizações da cidade, como movimentos sociais, sindicais, de mulheres e outros. A manifestação terminou em frente à sede da Secretaria Municipal Extraordinária da Mulher, instalada oficialmente ontem, e que para elas representa reforço no combate à violência. “A Lei Maria da Penha existe no Brasil, mas infelizmente ainda não está implementada. Precisamos de mais policiais e centros de atendimento”, lamenta a coordenadora da Marcha Mundial das Mulheres, Regina Cruz.

#### Violência

No ano passado, a CPMI que investiga a violência contra mulheres apontou o Paraná como o terceiro Estado em homicídios femininos, com base no Mapa da Violência elaborado pelo Instituto Sangari, em parceria com o Ministério da Justiça. São 6,3 mulheres mortas a cada 100 mil. Piraquara aparece como a cidade mais violenta do Estado, onde mais de 24 mulheres são mortas entre 100 mil.

Para a integrante do coletivo de mulheres do PT e assessora da APP-Sindicato, Marilda Ribeiro da Silva, mesmo com a criação da secretaria, a mobilização continua. O próximo passo é lutar pela criação da secretaria estadual e seguir com a articulação da gestão pública. “Esta é a nossa grande exigência. A secretaria vai poder implementar políticas”, diz ela, que aponta a integração de todas as áreas, como saúde, educação, serviço social e outros, fundamental para o combate efetivo. “É preciso atender as mulheres, dar condições de superarem o trauma e não ficarem dependentes do companheiro que a agrediu”, destaca.

### Bruno pega 22 anos

O goleiro Bruno Fernandes foi condenado a 22 anos e 3 meses de prisão pela morte e ocultação de cadáver da ex-amante Eliza Samudio e pelo sequestro e cárcere privado do filho que teve com ela. A ex-mulher de Bruno, também acusada, Dayanne Rodrigues do Carmo, foi absolvida, por 4 votos a 3, assim como havia sido solicitado pela Promotoria.

Com a admissão de Bruno de que Eliza foi assassinada, e de que ele teria sido informado do que ocorreu, a defesa se distanciou, na quinta-feira, da linha inicial de argumentação na qual destacava não haver corpo e realçava dúvidas sobre o próprio assassinato. Os defensores de Bruno chegaram a falar em uma pena “em torno de dez anos”, por uma “participação menor” no crime e pediram reiteradamente aos jurados que fizessem “justiça”.

O advogado do réu, Lúcio Adolfo, destacou que “a imprensa” já havia sentenciado os réus e “esperava a condenação” também por parte do conselho de sentença. Na sequência, distribuiu vendas às cinco mulheres e dois homens do júri, lembrando que a justiça “é cega”.

09 MAR 2013

## CARTA CAPITAL

### Fissuras na tórrida paixão

JUSTIÇA | Barbosa destrata  
repórter do *Estadão* e vira  
alvo da mídia que o idolatrava

**N**ÃO SE SABE quem tirou mais lições do episódio: se Joaquim Barbosa, presidente do Supremo Tribunal Federal, ou se a mídia. Desconfia-se que nenhum dos dois. Barbosa, cantado em prosa e verso desde o julgamento do “mensalão”, irritou-se com um repórter de *O Estado de S. Paulo*, jornal que até bem pouco tempo trabalhava por sua beatificação. Felipe Recondo, o profissional em questão, foi chamado de “palhaço” e ouviu a recomendação de “chafurdar no lixo”, seu lugar preferido, segundo o magistrado. Recondo, registre-se, fazia seu trabalho de forma honesta.

O episódio provocou uma fissura na ardorosa paixão da mídia por Barbosa. Em editorial, o *Estadão* sugere ao ministro deixar o cargo se não tiver condições de exercê-lo à altura. A opinião do matutino paulistano foi ecoada por colunistas do diário e jornalistas do consórcio midiático que chegaram a sonhar com a candidatura do juiz à Presidência da República.

**Parecia o tempo** em que Barbosa se digladiava com Gilmar Mendes na corte e era classificado como desequilibrado pela mesma trupe que mais tarde o elevaria ao panteão das celebridades nacionais ao transformá-lo no mocinho do julgamento do “mensalão”, em contraposição ao “vilão” Ricardo Lewandowski.

Paixões cegas são assim. São, antes de tudo, cegas.

Quanto a Barbosa, negro, talvez tenha percebido: para frequentar a casa-grande, é preciso seguir à risca as regras impostas pelos senhores. Pau, só nos negrinhos do lado de fora. ●

09 MAR 2013

# CARTA CAPITAL

Fronteiras Claudio Bernabucci

## Cadeia? Só para os pobres

**Q**UANDO A JUSTIÇA triunfa, mesmo significando cadeia para um criminoso, há sempre que se alegrar. Fui tomado por esse sentimento, dias atrás, ao ler a notícia de que uma motorista havia sido presa após furar uma blitz da polícia, no bairro do Flamengo, no Rio de Janeiro.

Os delitos cometidos – sejamos sérios – não eram tão graves em relação a tantos outros diariamente comentados pela mídia. Não obstante, para minha surpresa, a notícia teve ampla repercussão na imprensa carioca, com direito a foto na primeira página.

Christiane Ferraz Magarinos, comerciante de 42 anos, realmente exagerou. Não satisfeita de ter furado uma blitz da Operação Lei Seca, quase atropelou o agente que tentava pará-la e, ao ser abordada na garagem de casa, tentou subornar os policiais que a convidavam a segui-los para a delegacia. Frustrada pelo insucesso de suas manobras, ela não conseguiu reprimir a íntima natureza e finalmente explodiu: “Neste País só pobres e favelados ficam presos. Eu sou rica e influente!”

**Para glória da República**, seu dinheiro e posição social não alcançaram o efeito desejado e, diligentemente, os policiais a levaram presa, em evidente estado confusional, recebendo em troca chutes e palavrões. No dia seguinte, a juíza da 17ª Vara Criminal do Estado do Rio confirmou a prisão preventiva, com pesadas incriminações que podem significar, se confirmadas, anos atrás das grades. Obviamente, não é o que desejamos para a neurótica motorista e consideramos medida equilibrada o habeas corpus que permitiu a soltura após cinco dias de cela em companhia de outras três criminosas. Depois da exemplar punição, é de se esperar que o antecedente sirva para deter comportamentos similares de outros corruptores arrogantes.

**Na lógica da imprensa**, sabe-se que cachorro que morde homem não faz notícia, mas homem que morde cachorro ganha facilmente a primeira página. Será então que a prisão da rica comerciante foi amplificada com tanta ênfase por essa razão? E não será que ela simplesmente disse a verdade e sua punição representa só a exceção que confirma a regra?

**Fora de qualquer retórica, considero ignóbil o comportamento da senhora Christiane** (que, dito *en passant*, além do nome, é, provavelmente, de religião cristã, a deduzir pela quantidade de cruzes penduradas no pescoço e desenhadas em sua camiseta). “Do alto” de sua posição social, ela tentou não só corromper funcionários públicos no exercício de suas funções, mas, para facilitar o suborno, também os humilhou referindo-se aos seus modestos salários. Os que generalizam sobre a corrupção das instituições e, em particular, sobre os malfeitos da polícia



**A impunidade dos ricos e poderosos, em geral brancos, continua a ser regra no País**

e do Poder Judiciário, deveriam refletir a respeito desse pequeno episódio, emblemático de várias contradições nacionais.

**As células cancerígenas da corrupção brasileira** se alimentam da arrogância dos que ocupam posição social dominante e jogam com o poder do dinheiro. A doença espalha-se assim no corpo inteiro da Nação, mas tem matriz muito clara no privilégio. Além disso, o episódio demonstra mais uma vez que a habitual descrição de um poder político corrupto, a pisotear os direitos da sociedade civil virtuosa, é imagem no mínimo distorcida. Ao contrário, trata-se de duas faces da mesma moeda.

Considero os policiais e a juíza desse caso como exemplos de pequenas virtudes civis. Por

não ser fácil, é, portanto louvável, em certas circunstâncias, cumprir apenas o próprio dever.

**Sem exagerar no otimismo**, devemos lembrar que nas mesmas horas em que Christiane conhecia a prisão, o jovem Thor Batista, filho do empresário Eike e da senhora Luma de Oliveira, recebeu da Justiça um tratamento bem diferente e aparentemente privilegiado. Acusado de homicídio culposo pela morte de um ciclista, ele poderá logo voltar a dirigir: seus advogados conseguiram excluir do processo o laudo que atestava excesso de velocidade quando atropelou o homem da bicicleta.

Exemplos menores como esse – até casos mais graves como o de Paulo Maluf, na lista dos procurados pela Interpol e serenamente solto no Brasil – levam a concluir com amargura que a impunidade dos ricos e poderosos, geralmente brancos, continua sendo regra no País. Mas as exceções estão por sorte aumentando e alimentam a esperança.

**P.S.** A senhora Christiane é uma representante típica da classe média. Classe frequentemente celebrada pelo governo como objetivo prioritário da Nação. No caso citado, estamos falando evidentemente de uma classe média arrogante e mal-educada, sem ética nem princípios republicanos. Temos consciência de que existem diferentes modelos e valores de classe média, não apenas baseados em consumo e bem-estar material, mas seria auspicioso que o governo, quando a nomeia, indicasse também a qual tipo de classe média se refere.

09 MAR 2013

# IMPACTO PARANÁ

## Ricardo Barros

### processa juiz e promotores

O secretário de Indústria e Comércio de Beto Richa (PSDB), Ricardo Barros, resolveu partir para a briga. No último dia 19, o ex-prefeito de Maringá e atual presidente estadual do PP protocolizou uma denúncia-crime contra um juiz e dois promotores públicos da comarca. Barros foi denunciado criminalmente no Tribunal de Justiça do Paraná no final de 2011; a denúncia incluiu gravações telefônicas, feitas a partir de autorização judicial, que mostram a influência do irmão mais novo na gestão Silvio Barros II/Carlos Roberto Pupin. O processo tramita sob segredo de justiça, desde então, devagar, quase parando. Richa chegou pensar em substituir Barros, mas, ao que se informa, o governador tem medo dele; se o demitisse, ele perderia o foro privilegiado. Ricardo Barros, conhecido como *capo*, foi o coordenador-geral da campanha de Pupin, e é ele quem continua mandando e desmandando na prefeitura; ele também tem condenações por improbidade.

Não há detalhes sobre as alegações da notícia crime, que foi apresentada contra o juiz Devanir Manchini, da 2ª Vara Criminal de Maringá, que autorizou as gravações telefônicas; e contra os promotores Laércio Januário de Almeida, do Gaeco, e José Aparecido da Cruz, de Proteção Patrimônio Público. Barros já representou várias vezes contra o promotor Cruz, que atuou no caso Gianoto e conseguiu a condenação de Silvio Barros II (irmão mais velho de Ricardo) em várias ações por improbidade administrativa. A ação tem como relator o desembargador Paulo Roberto Hapner e há cinco dias está com vista à Procuradoria da Justiça/Ministério Público. (Fonte: blog do Rigon)

DA VÉIA – A informação foi publicada nesta última semana na IstoÉ, causando arrepios e disenteria em uns e outros em Brasília e no resto do país. O Conselho Nacional de Justiça acompanha, em segredo, os passos de um Juiz Federal de Mato Grosso do Sul, que de uns tempos para cá passou a frequentar a residência de um contraventor do jogo do bicho. As reuniões ocorrem no meio da semana, na presença de desembargadores e parlamentares. Come-se bacalhau e joga-se cartado, enquanto policiais federais fazem a guarda do lado de fora da residência. Por falar em jogo do bicho, como estará a situação no Paraná? Tudo nos conformes e com pagamentos em dia conforme o combinado com quem deveria combater a contravenção ou é matéria que não dá preocupação ao governo?

09 MAR 2013

# IMPACTO PARANÁ



Ministro Joaquim Barbosa, presidente do STF, garantiu que os recursos dos 25 condenados no julgamento do Mensalão serão julgados ainda neste primeiro semestre e que as penas a que os mesmos estão sujeitos serão aplicadas antes de 1º de Julho. Dizem que os uniformes dos condenados à prisão estão prontos, faltando apenas o ajuste nos ombros, pernas e no pescoço, os quais serão feitos tão logo os mesmos entrem, sem tapete vermelho, na cadeia.

**Associações dos Magistrados botando a boca no trombone contra o Ministro Joaquim Barbosa, do STF. Tudo porque o presidente do Supremo em entrevista a jornalistas estrangeiros na última semana andou criticando nas entrelinhas alguns juizes, sem citar nomes, é claro. Deixou no ar que existe muito conservadorismo por parte de alguns deixando assim rastros de impunidade. Os juizes buscaram através suas entidades representativas reclamando pronunciamento do São Barbosa.**

**Sempre é interessante saber que 12.161 habeas corpus já transitados em última instância e sem maior relevância estão na lista do STJ - Superior Tribunal de Justiça, em Brasília. Não tem relevância histórica e serão incinerados, equivalente a mais ou menos 15 toneladas de papelada que está naquela Côte e trata de recursos que vem de 1989 ao ano 2000.**